



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Instituto Multidisciplinar/Instituto De Educação**  
**-PPGEduc-**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação,**  
**Contextos Contemporâneos e Demandas Populares**

**DISSERTAÇÃO**

**Professores(as) negros(as) na educação superior:**  
**LEAFRO – um estudo de caso**

**Fernanda Maria da Silva.**

**NOVA IGUAÇU**  
**2015**



**NOVA IGUAÇU  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
Instituto Multidisciplinar/Instituto De Educação  
-PPGEduc-  
Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares**

**Professores(as) negros(as) na educação superior:  
LEAFRO – um estudo de caso**

**Fernanda Maria da Silva.**

**Orientação**

Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho

Texto de dissertação apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção de Título de Mestre.

**NOVA IGUAÇU  
Maio 2015**

371.11008960981

S586p

Silva, Fernanda Maria da, 1980-

T

Professores(as) negros(as) na educação superior : LEAFRO – um estudo de caso / Fernanda Maria da Silva. – 2015.

80 f. : il.

Orientador: Carlos Roberto de Carvalho, 1950-

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 79-80.

1. Professores negros - Brasil - Condições sociais - Teses 2. Negros - Brasil - Vida intelectual - Teses. 3. Relações raciais - Brasil - Teses. I. Carvalho, Carlos Roberto de, 1950-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.



**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e  
Demandas Populares (PPGEduc)**

**FERNANDA MARIA DA SILVA**

**PROFESSORES NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.  
LEAFRO - UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidades Étnico-Raciais

Dissertação aprovada em 28/05/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

*Carlos Roberto de Carvalho*

Prof. Dr. Carlos Roberto de Carvalho (Orientador)  
UFRRJ

*Afonso Vieira da Costa*

Prof. Dr. Afonso Vieira da Costa  
UFRRJ

*Alexandre do Nascimento*

Prof. Dr. Alexandre do Nascimento  
FAETEC

*Flávia Miller Naethe Motta*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia Miller Naethe Motta  
UFRRJ

Nova Iguaçu (RJ)  
Maio/2015

## **Agradecimentos**

Meus agradecimentos a Carlos Roberto Carvalho, orientador acadêmico, pelo incentivo e valiosas sugestões.

Aos professores Alexandre do Nascimento, Flávia Miller Naethe Motta e Affonso Viera da Costa, pelas leituras e sugestões que foram fundamentais para a construção desse estudo.

Aos professores membros do LEAFRO que dialogaram conosco nessa pesquisa: Ahyas Siss, Alexandre do Nascimento e Otair Fernandes de Oliveira, que foram generosos e nos auxiliaram na reflexão e realização desse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), por toda a contribuição que deram através de debates e conversas em sala de aula.

Aos colegas e amigos/amigas do Colégio Estadual Vicentina Goulart, que muito me incentivaram, entenderam e me apoiaram em todos os momentos em que precisei, inclusive, na disposição dos tempos para eu dar aulas e não me atrapalhar nos estudos.

À minha família que sempre me incentivou nessa caminhada, seja com suas experiências de vida, seja com seus conselhos valiosos.

À minha avó, Geralda Francisca da Cunha.

À minha mãe, que me preparou com toda dedicação e amor para a vida e para as lutas que enfrentei e enfrento hoje.

A todas e todos os/as negros intelectuais, militantes dos movimentos sociais, negros e negras que vieram antes de mim e que foram conscientes de que lutar contra os preconceitos e discriminações raciais é preciso.

A todas e todos que participaram da realização desse trabalho, obrigada.

Enquanto não houver leões historiadores,  
A glória da caça irá sempre para o caçador  
Provérbio Haussa

## RESUMO

SILVA, Fernanda Maria da. **Professores(as) negros(as) na educação superior: LEAFRO – um estudo de caso.** 2015. 80F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. (PPGEDUC), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu / Seropédica, 2015.

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre as relações raciais no Brasil a partir de olhares de negros intelectuais membros do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO). Traz como referencial teórico Bakhtin, Foucault e Santos, bem como outros autores que também contribuíram substancialmente para a construção desse trabalho. A metodologia empregada foi a da maiêutica socrática que assume que nada sabe, para só então, estar em condições de buscar o conhecimento, pois só podemos aprender aquilo que ainda não sabemos.

**Palavras-chave:** negro intelectual, discriminação racial, educação superior.

## ABSTRACT

SILVA, Fernanda Maria da. **Professores(as) negros(as) na educação superior: LEAFRO – um estudo de caso.** 2015. 80F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. (PPGEDUC), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu / Seropédica, 2015.

This research has the purpose to reflect about the racial relationships in Brazil from intellectual negro looks who are members of LEAFRO (Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros). It brings as theoretic referencial Bakhtin, Foucault and Santos, such as other authors who also have contributed to the making of this work. The methodology used was the maieutic socratic which assumes that knows nothing, to only then, be in conditions to search the knowledge, for we can only learn what we still don't know.

**Palavras-chave:** intelectual negro, racial discrimination, highereducation.

## Sumário

Palavras iniciais.....	9
1.Explorações do campo: um breve retrato.....	12
1.1 Apresentação dos pesquisadores .....	15
2. Indo ao encontro do objeto para encontrar o sujeito.....	21
3. Verdade tem dois lados: verdade e verdade.....	23
4. A importância do outro no campo do outro.....	27
5. O acaso do caso pode dar um caso.....	29
6. Nossas questões tecendo casos.....	31
7. Tipos de intelectuais: Intelectual Orgânico e Negro Intelectual.....	34
8. Por que o Negro Intelectual? .....	38
9. Branquidade: hegemonia e privilégios.....	40
10. Um pesquisador desaparecido no campo.....	42
11. O que é ser racista e o que é ser negro? .....	44
12. Você sabe quantos negros têm aqui na sala? .....	52
13. Os negros, diferentes de nós italianos, são uns incompetentes.....	58
14. Racismo, a quem cabe o debate? .....	63
15. Quem é negro? Uma questão de identidade.....	68
Considerações finais.....	73
Referências Bibliográficas.....	79

## Palavras iniciais

Essa pesquisa surge da volição do querer. Do querer expor a vida por nossos olhos, do querer contar nossas histórias por nossos pontos de vista, e no presente estudo, os pontos de vista dos/das intelectuais negros/as. Vem da reverência que prestamos a todos e todas que vieram antes de nós, e que nos ajudam a contar nossas histórias de lutas e resistências. Vem do amor que sinto por minha família, negra, guerreira; que lutou, luta e que me ensina a resistir contra toda e qualquer forma de discriminação.

Esse estudo chega num grito disfarçado de sussurro. Vem sutil, como as normas e costumes mandam ser; porém, se destina a cumprir o papel de mostrar que somente indignarmos não basta. Que somente mostrarmos essa indignação não basta. Que aceitarmos práticas e falas racistas sem questionar ou acomodarmos no sentimento de impotência, unicamente nos tornaria propensos a reproduzir tais práticas e falas e, conseqüentemente, as discriminações decorrentes destas.

Vem num imenso desejo. Desejo de mostrar que essa pesquisa poderia ser outra coisa, se assim fosse permitido. Que ela poderia apontar outras realidades, realidades mais de acordo com nossos desejos, anseios e convicções; realidades menos racistas e mais democráticas. Vem do entendimento de que as coisas não são como são, mas que elas assim são, porque assim as fizeram através da naturalização e da reprodução de práticas racistas. Vem do desejo de querer contrapor essa naturalização dos preconceitos e das discriminações raciais e do desejo de querer seguir sempre em frente questionando cada vez mais tudo isso.

Antecede a paz da compreensão. A partir desse estudo compreendemos que o fundamental é sempre seguir, nunca desistir. Renovar as forças e continuar seguindo. Errando, tropeçando, corrigindo os erros; mas seguindo. Hoje a luta é uma, amanhã será outra e depois outra. É importante adquirir conhecimentos e seguir. Sabendo que as lutas fazem parte da caminhada e que juntos vamos longe, pois de acordo com um provérbio africano: "Se quiser chegar rápido, vá sozinho. Mas, se quiser ir longe, vá com muitos".

Portanto, essa pesquisa vem da vontade de dar prosseguimento à luta dos/das que vieram antes de nós e dos/das que estão nessa caminhada junto conosco. Vem corroborar com o conceito da ética Ubuntu<sup>1</sup> "o que é comum a todas as pessoas", pois

---

<sup>1</sup> A palavra ubuntu pode ser traduzida como "o que é comum a todas as pessoas". É um preceito zulu e xhosa, umuntu ngumuntu ngabantu (uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas)

de acordo com tal conceito, só podemos ser felizes se os outros ao nosso redor também estiverem felizes. Acreditamos que ninguém sorri, chora, se entristece ou é feliz sozinho. Quando percebemos que não estamos sós, é aí que ficamos mais fortes haja visto que ninguém é nada ou tudo sem o outro; Sempre terão outros e outras sentindo as nossas dores ou sorrindo as nossas alegrias. E sigamos juntos e incansáveis na defesa dos nossos direitos comuns.

\*

A proposta dessa pesquisa é refletir sobre as questões étnico-raciais na educação *em diálogo* com pesquisadores do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros da UFRRJ; assim como compreender o papel político do LEAFRO na produção de conhecimentos que possibilitam o combate às desigualdades raciais na educação e, por consequência, uma educação mais democrática. Porém, esse segundo objetivo foi pouco explorado nesse estudo e pretendemos desenvolvê-lo melhor numa próxima pesquisa.

Buscamos conhecer as trajetórias acadêmica, profissional e pessoal desses intelectuais e conversamos sobre como os mesmos enfrentaram as discriminações raciais em suas próprias vidas. Ficamos sabendo o que esses intelectuais pensam a respeito das relações raciais no Brasil e procuramos discutir qual direcionamento eles dão em seus estudos sobre essas questões dentro do LEAFRO – esse segundo tema também foi pouco explorado e pretendemos discuti-lo melhor numa próxima pesquisa. Buscamos entender em qual aspecto um negro intelectual se diferencia de qualquer outro intelectual através da discussão negro intelectual versus intelectual negro.

De acordo com Sales(2011), o negro intelectual é o intelectual de ascendência negra que carrega um compromisso ético, incorporado dos movimentos sociais, de combater as discriminações raciais em suas atividades de professores e pesquisadores. Já o intelectual negro não tem esse compromisso e escolhe pesquisar sobre outros assuntos de seus interesses, não se importando em combater as discriminações e desigualdades raciais por meio de seus estudos. E será sobre o negro intelectual que iremos falar no decorrer de toda essa pesquisa.

Ficamos sabendo os percursos políticos de nossos entrevistados, e constatamos que esses intelectuais são provenientes de várias frentes de lutas, e que uns iniciaram suas lutas a partir do movimento social, mas que outros não fizeram parte do movimento; e que fazer parte do movimento social não seria o único determinante para que houvesse a indignação e o desejo de lutar contra tal situação opressora desencadeada pelo racismo.

Entendemos que vários determinantes estão em jogo para auxiliar a orientação e as escolhas desses e dessas intelectuais na luta por uma sociedade mais justa e antirracista, tais como o acesso à informação a partir dos movimentos sociais e do ingresso à universidade, a identificação cultural e/ou religiosa e outros fatores, quiçá, a pura indignação e o senso de justiça e de responsabilidade.

Essa pesquisa é composta por três etapas de entendimento e não a dividimos por capítulos. Preferimos dividir o texto em tópicos, mas para efeito de entendimento, esses tópicos seguem a seguinte ordem:

Começamos com a descrição do nosso objeto, que no caso, é o Laboratório de estudos afro-brasileiros (LEAFRO). Essa parte tem o fito de situar o leitor do lugar do qual estamos falando, pois nessa parte mostramos os projetos de pesquisas que são desenvolvidos no LEAFRO e mostramos os objetivos dos estudos desenvolvidos por esse laboratório. E a partir dessa investigação sobre o LEAFRO, desenvolvemos as questões que seriam discutidas com nossos entrevistados.

Em seguida, discutimos sobre vários conceitos, entre eles, os conceitos de verdade em Bakhtin, para entendermos como que as discriminações raciais se manifestam no ato das situações específicas; e de biopoder em Foucault para compreendermos como que as desigualdades e discriminações raciais operam por meio de estratégias estatais.

A terceira parte dessa pesquisa são as entrevistas com os sujeitos do LEAFRO que elegemos para esse diálogo. Nessa parte, foram realizadas investigações sobre os pensamentos dos intelectuais do LEAFRO a respeito dos vários conceitos e práticas relacionadas ao racismo enraizadas na sociedade brasileira.

Nossa intenção foi a de realizar um estudo que fosse tanto do interesse de leitores leigos quanto do interesse de pesquisadores do assunto, pois explica os conceitos para os que ainda não os conhecem, mas não se limita a isso, também ressalta as subjetividades dos intelectuais entrevistados.

Na ocasião da defesa dessa dissertação, foi sugestão da banca que trocássemos o título da pesquisa, pois o estudo foi mais em torno das subjetividades dos intelectuais entrevistados do que propriamente um estudo sobre o LEAFRO.

## 1. Explorações do campo: um breve retrato

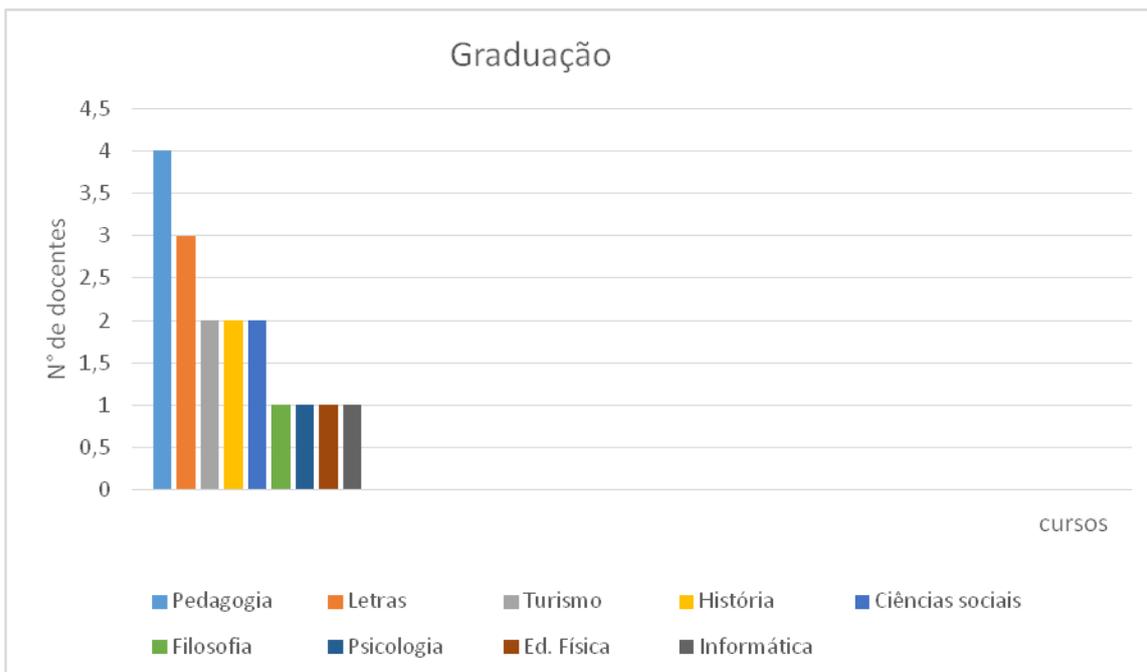
O Laboratório de Estudos Afro-brasileiros (LEAFRO) é um laboratório de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um laboratório Multicultural que abarca várias perspectivas ideológicas. É constituído por pessoas de vários segmentos sociais: professores e estudantes das escolas públicas e particulares, líderes comunitários e militantes de diversos movimentos sociais, partidos políticos, pessoas, enfim, que possuem diferentes perfis ideológicos e provenientes de diferentes áreas de conhecimentos. Embora saibamos que o LEAFRO é composto por todos esses grupos de pessoas, nesta pesquisa, nos ateremos em investigar apenas os pesquisadores e suas reflexões sobre temas relacionados ao preconceito e desigualdade racial.

Investigaremos apenas os pesquisadores pois nosso objetivo é saber o que esses pesquisadores estudam a respeito das questões étnico-raciais na educação e quais reflexões estão sendo desenvolvidos a partir de suas pesquisas.

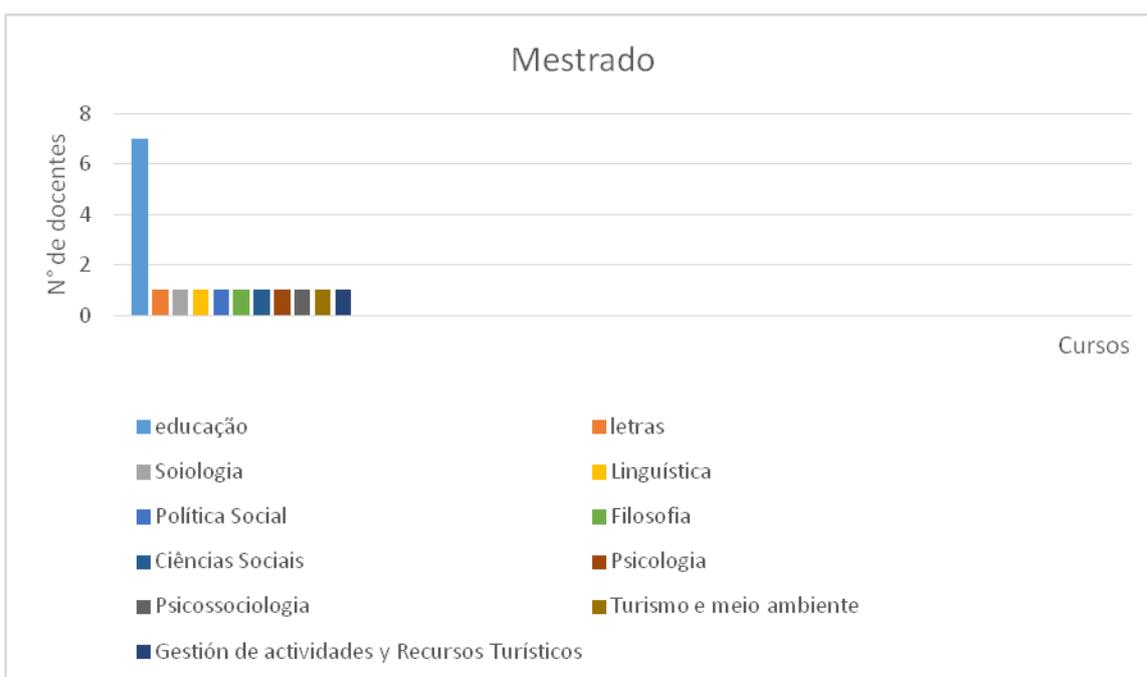
E conforme informações contidas no site do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO), o LEAFRO integra a rede nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS) e tem como objetivo:

- Produzir e acompanhar as políticas de ação afirmativa que são pensadas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- Participar das discussões internas sobre a possibilidade de implementação de uma política de cotas etnicorraciais no intuito de garantir o acesso e a permanência do grupo de alunos Afro-Brasileiros nos cursos da UFRRJ;
- Incentivar o ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana atuando nos âmbitos de pesquisa e extensão em conformidade com a lei 10.639/03, ampliada pela lei 11.645/08.

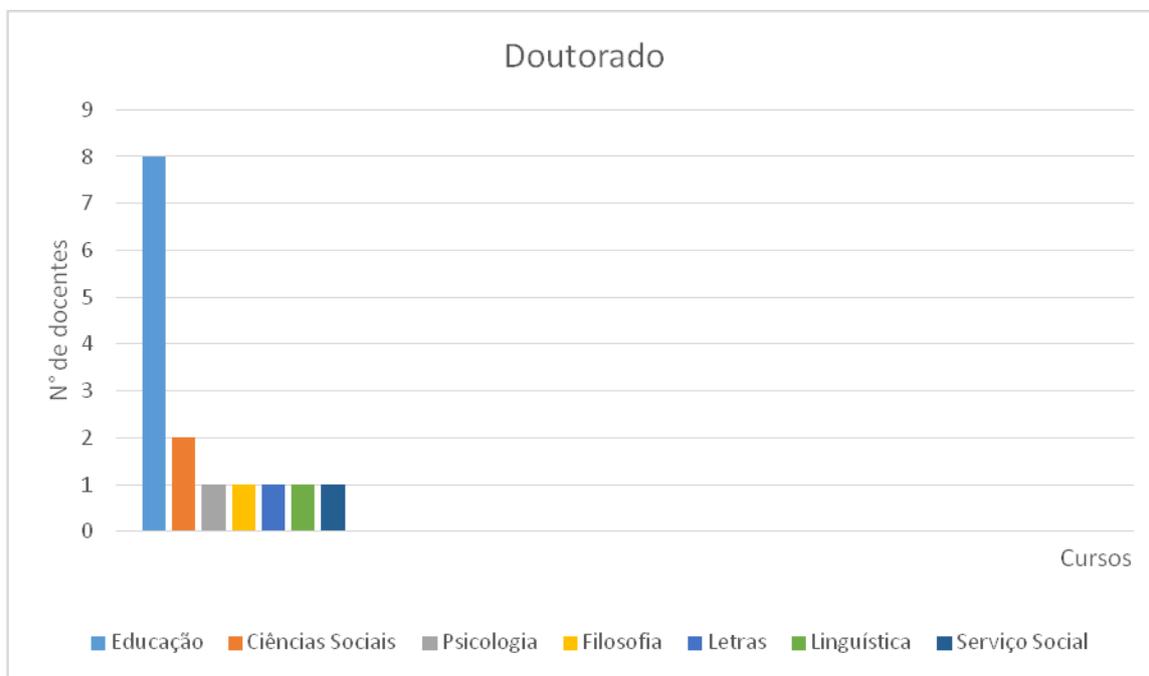
O LEAFRO é um grupo composto por dezesseis pesquisadores. Desse total, nove são homens e sete são mulheres. Vejamos os gráficos:



Em relação aos cursos que esses pesquisadores fizeram na graduação, podemos observar que: três são graduados em pedagogia, dois em letras, dois em turismo, dois em história, dois em ciências sociais, um em filosofia, um em psicologia, um em educação física e um em informática. E uma professora fez duas graduações: letras e pedagogia.



Já em relação ao mestrado, sete dos dezesseis pesquisadores fizeram o mestrado em educação e nove fizeram mestrado em áreas afins. E um professor fez dois cursos de mestrado.



Em relação ao doutoramento, oito são doutores em educação, sete escolheram outros cursos e um pesquisador ainda não cursou o doutorado.

Em sua existência, as principais atividades realizadas pelo LEAFRO foram: I Censo Institucional da UFRRJ (2010), a realização dos I, II e III Cursos de Extensão sobre Desigualdades Raciais e Educação: as Leis 10639/2003 e 11645/2008), O Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu Diversidade Étnica e Educação Brasileira (52 alunos) as Jornadas LEAFRO 2007 e 2008, a I Conferência Nacional LEAFRO - Afro Brasileiros, Relações Etnicorraciais e Educação, a II Conferência Nacional LEAFRO - Políticas de Cotas Étnicas e de Ação Afirmativa, as Conferências sobre Educação e Racismo, a realização do Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu Diversidade Étnica E Educação Superior Brasileira (2011) e suas parcerias estabelecidas com outros, com o MEC/Secado/SESU/Espir., com o PPGEduc - Mestrado Acadêmico em Educação, Contexto Contemporâneos e Demandas Populares e sua participação no Programa Uniafro.

Em todos esses/essas intelectuais podemos encontrar um traço em comum: o compromisso com aqueles e aquelas que são ou estão sendo discriminados por seu pertencimento étnico-racial e sua condição de gênero, classe, orientação sexual, religiosa ou política, pois o LEAFRO é um espaço onde esses estudos podem ser desenvolvidos, mesmo que alguns temas ainda sejam pouco explorados, o LEAFRO é um espaço em potencial para isso. Assim, podemos encontrar no site do LEAFRO a seguinte explicação sobre o laboratório:

[...] ele desenvolve atividades de ensino, de pesquisa e de extensão aprofundando análises das articulações estabelecidas entre as dimensões raciais e étnicas, de classe, cultura, gênero, crença religiosa nas suas interseções com as relações raciais brasileiras e com o processo educativo de acordo com o prescrito pela Lei 10639/2003 e enfatizada pela Lei 11645/2008 e com o que determinam as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais. As pesquisas, estudos e demais atividades desenvolvidas pelos pesquisadores do LEAFRO estão voltadas para a intervenção e transformação de subjetividades e de atitudes racistas bem como das relações de dominação e de exclusão com base nas identidades étnico-raciais nas Instituições escolares e na sociedade mais ampla.

Com toda essa diversidade e abarcando em seu seio várias frentes de estudos, pesquisa, extensão e formulação de propostas de medidas institucionais que no fundo é uma só: fortalecer a luta contra as desigualdades étnico-raciais, o LEAFRO, desde a data de sua criação (2006) tem como eixo organizador de suas ações os princípios prescritos e garantidos pela nossa Constituição Federal (1988) como também aqueles garantidos pelas leis 10639/2003 e 11645/2008. Leis estas que, como se sabe, determinam as novas Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-raciais, modificando, assim, de modo profundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394).

### **1.1 Apresentação dos pesquisadores**

- Adriana Carvalho Lopes trabalha com as linhas de pesquisas: 1. Estudos Culturais e Literaturas na Diáspora Negra; 2. Língua, Cultura e Sociedade. E desenvolve os seguintes projetos: Identidade e práticas de letramento no Funk Carioca; Mapeamento das Produções Culturais e das Práticas de Letramento em três Favelas do Complexo do Alemão.

- Ahyas Siss trabalha com a linha de pesquisa: Educação, Cidadania, Políticas de Ação Afirmativa e Cotas Para Afro-Brasileiros no Acesso ao Ensino Superior. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: RAÇA, CLASSE E EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA; 2010 – Atual DESIGUALDADES SOCIAIS E ACESSO À UNIVERSIDADE: Perspectivas, Limites e Tensões; Desigualdades Sociais e Acesso à Universidade: Perspectivas, Limites e Tensões; O ACESSO DE ALUNOS DA BAIXADA FLUMINENSE À UNIVERSIDADE PÚBLICA: Um Perfil dos alunos do Instituto Multidisciplinar Nova Iguaçu; AFRO-BRASILEIROS E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: Perspectivas e Limites; Educação, Cidadania, Políticas de Ação Afirmativa e Cotas Para Afro-Brasileiros no Acesso ao Ensino Superior.
- Alexandre do Nascimento trabalha com as Linhas de pesquisa: 1.Tecnologias de Informação Aplicadas; 2.Educação das Relações Étnico-Raciais. E desenvolve o projeto de pesquisa: Feito e a ser feito em Educação das Relações Étnico-Raciais: Percepções, Projetos e Práticas de implementação da lei 10.639/2003.
- Aluísio Jorge de Jesus Monteiro trabalha com as linhas de pesquisa: 1.Políticas Públicas, Movimentos Instituintes e Formação de Professores para a Educação Superior e Básica; 2.Memórias, Violências e Valores em Comunidades Tradicionais e de Fronteiras; 3.Educação e Tradições Indígenas e Negritudes. E desenvolve os seguintes Projetos de pesquisa: Educação escolar indígena: entre memórias e narrações Mibiyá Guarani em Paraty e Angra dos Reis-RJ; Educação e Violência Instituída em Aldeias Guarani no Sul Fluminense: memórias de omissões governamentais e ausências de políticas públicas em educação indígena no estado do Rio de Janeiro; Memórias e Narrações Compartilhadas da Mulher Caiçara: educação, cultura e trabalho cooperativo indígena na Baía de Ilha Grande - Rio de Janeiro; Violência Escolar na Baixada Fluminense: memórias e movimentos instituintes entre comunidade rural-urbana de Seropédica e Nova Iguaçu – RJ; Escola Pública e Formação de Professores: identificando pistas no processo de (re)construção do ensino público e gratuito.
- Aristóteles de Paula Berino trabalha com a Linha de pesquisa: Juventudes: educação e artes de viver. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Juventudes: Circulação das imagens e fruição das identidades entreatos curriculares; Pedagogia da Imagem: Raça, gênero e pertencimentos vistos com o

cinema Uma pesquisa para os jovens/com os jovens; Imagens da educação: visualidades e conhecimentos da vida nas escolas. Uma pesquisa no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR); Juventude e política dos corpos. Um estudo sobre a beleza nas escolas - Entre duas cidades: Rio de Janeiro e Nova Iguaçu.

- Camila do Valle Fernandes trabalha com as linhas de pesquisa: 1.Tradição e ruptura na Literatura Portuguesa (Projeto de Doutorado); 2. Observatório das Identidades Culturais - Periferias Literárias; 3. Prática de Leitura para Universitários; 4. Nova Cartografia Social da Amazônia - pesquisadora do projeto sediado no Centro de Estudos Sociais do Trópico Úmido; 5. Afroargentinistas. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Literatura e Antropologia - cartografias e outros procedimentos narrativos; Acervo Evandro Teixeira - as identidades culturais e a sensibilidade literária no percurso fotográfico de Evandro Teixeira; Observatório das Identidades Culturais; Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará: história e georeferenciamento das casas de religiões afro-brasileiras; Literatura da Amazônia e Literatura dos Viajantes; Periferias Literárias : Observatório das identidades culturais - circuitos de legitimação em sistemas periféricos - arte e literatura no Brasil e na Argentina - um estudo comparado.
- Cláudia Regina de Paula desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Pilares negros: educação, fé e política na Diocese de Duque de Caxias; Política, Educação e afro-brasilidade: o movimento negro em Nova Iguaçu.
- Carlos Roberto de Carvalho desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Pode o intelectual negro falar? Um estudo sobre pensamento e arte da afrodiáspora na Baixada Fluminense; NARRATIVAS DAS PRÁTICAS CULTURAIS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS EM ESPAÇOTEMPOS ESCOLARES - BAIXADA FLUMINENSE; NAS TRAJETÓRIAS DA DIÁSPORA, NARRATIVAS DAS PRÁTICAS DE PROFESSORES NEGROS; Narrativas, memórias e imagens da diáspora: práticas culturais afro-brasileiras nas escolas públicas do Rio de Janeiro e seus praticantes.
- José Valter Pereira trabalha com as linhas de pesquisa: 1. Comunicação e educação; 2. Desenvolvimento de metodologias de uso da linguagem

audiovisual; 3. Televisão comunitária e mobilização social; 4. Estudos do Cotidiano e Educação Popular; 5. Estudo das conexões culturais e aprontos multimídia. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Relações raciais nas escolas e formação de professores; Cultura digital no cotidiano escolar; Conexões da Baixada Fluminense: injustiças cognitivas-educação-culturas-tecnologias; Pesquisa: Artefatos tecnológicos relacionados à imagem e ao som na expressão da cultura de afrodescendentes e seu uso em processos curriculares de formação de professoras na Educação Superior; Puxando conversa; O uso da tecnologia, de imagens e de sons por professoras de jovens e adultos e a tessitura de conhecimentos, valores no cotidiano, a ética e a estética que nos fazem professoras; Memórias de professoras sobre televisão: o cotidiano escolar e a televisão na reprodução, transmissão e criação de valores; Puxando conversa.

- Otair Fernandes de Oliveira trabalha com a linha de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: PATRIMÔNIO IMATERIAL, AÇÃO AFIRMATIVA E AFRO-BRASILEIROS: A CULTURA DO SAMBA E SEUS COMPOSITORES; 2010 – 2012 O ACESSO DE ALUNOS DA BAIXADA FLUMINENSE À UNIVERSIDADE PÚBLICA: Um perfil dos alunos do Instituto Multidisciplinar; Abrigamento: necessidade ou descaso? A cidadania reconhecida desde a infância é pilar básico para a justiça; Políticas de prevenção da violência voltadas para jovens e adolescentes em situação de risco e/ou conflito com a lei; Gestão Democrática da Educação Municipal: as experiências dos Conselhos Municipais de Educação na Baixada Fluminense; Gestão das Políticas de Segurança & Poder Local; Revisitando a Baixada: Roteiro de Fontes sobre a Baixada Fluminense; O Legislativo Municipal e Educação: um estudo sobre os vereadores de Nova Iguaçu no campo do Ensino Fundamental no período de 1990 a 1998.
- Renato Nogueira dos Santos júnior desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Afro perspectivas Filosóficas para a sala de aula: possibilidades para o Ensino de Filosofia contemplar as Leis 10.639/03 e 11645/08 na Formação Docente, no Livro Didático e no Ensino Médio; Racismo, Biopoder, Devir Negro e Diferença: Subjetividade, Ética e Política nas Filosofias de Foucault e Deleuze; Ética e Política na Filosofia Africana; Ensino de Filosofia e a Lei

10639: a presença da história e da cultura afro-brasileira e africana na formação docente no livro didático e na sala de aula; Entre a compaixão e o imperativo categórico: a crítica da filosofia de Schopenhauer à ética kantiana; Do corpo escravizado ao corpo desejado: uma abordagem filosófica sobre negritude e sexualidade; Afro perspectivas filosóficas, Ética e Biopoder; Agenda Utoto: diversidade etnicorracial, consumo infantojuvenil, subjetividades e novas demandas.

- Rosana Batista Monteiro trabalha com as linhas de pesquisa: 1. Orientação de trabalhos de graduação interdisciplinares na área de história da educação; 2. Orientação de trabalhos de graduação interdisciplinares na área de política educacional; 3. Orientação de trabalhos de graduação interdisciplinares sobre ações afirmativas e educação para as relações étnico-raciais. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: Buenas prácticas en Educación Superior: un estudio comparado con IES de Argentina, Brasil y Uruguay, miembros plenos del MERCOSUR; Implantação das DCNERER na Formação de Profissionais da Educação; Intensificação do trabalho nas instituições federais e a nova gestão do fundo público - o caso UFBA; Implementação das DCN de Relações étnico-raciais em cursos de Pedagogia; Reformas educacionais no estado de São Paulo; Reformas educacionais no Estado de São Paulo: ciclo básico
- Sandra Regina Sales trabalha com as linhas de pesquisa: 1. Alfabetização de Jovens e Adultos e estratégias de continuidade de escolarização no Município de Duque de Caxias; 2. Práticas culturais, dinâmicas de raça e classe na educação de jovens e adultos da Baixada Fluminense; 3. Mediações pedagógicas: estudos sobre política, cultura e educação; 4. Práticas culturais, dinâmicas de raça e classe na educação de jovens e adultos da Baixada Fluminense. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: A diversidade da EJA na mídia: uma análise das representações dos sujeitos, dos atores e das políticas educacionais nas revistas semanais brasileiras; Compreensão dos processos de tomada de decisões e mídia: o caso das políticas educacionais na Baixada Fluminense; Avaliação de bibliotecas escolares no Brasil; Demarcando o debate: o que dizem revistas semanais sobre a Educação Superior no Brasil
- Leila Dupret trabalha com as linhas de pesquisa: 1. Educação, Sociedade e Expressões do Imaginário; 2. Potencial Humano e Contexto Social; 3.

Psicologia, Arte e Religião. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: A Construção da Memória da Educação Prisional no Estado do Rio de Janeiro; A Cultura Afrobrasileira e o Jovem da Baixada Fluminense: Aparato Religioso na Construção Subjetiva; Desafios Contextuais e Construção Subjetiva: Alternativas do Jovem da Baixada Fluminense; Os Santos Gêmeos: Aparato Infantil na Construção Subjetiva; Estimulação de potencial e Desenvolvimento Humano; 1999 – 2000 Estimulação de Potencial e Desenvolvimento do Adolescente (Terceira Fase); Estimulação de potencial e desenvolvimento do adolescente (segunda fase); Estimulação de potencial e desenvolvimento do adolescente (primeira fase) O desenvolvimento do potencial humano: alternativa para a atuação do psicólogo; A importância da linguagem no processo educativo.

- Teresa Cristina de Miranda Mendonça trabalha com a linha de pesquisa: 1. Projeto de Iniciação Científica (PROIC): O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do Estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso. E desenvolve os seguintes projetos de pesquisa: O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do Estado do Rio de Janeiro; Gestão Participativa em Áreas Protegidas e Inclusão Social no Estado do Rio de Janeiro; Observatório de Parques Estaduais do Rio de Janeiro.
- Ricardo Dias da Costa trabalha com a linha de pesquisa: 1. Turismo e relações étnico-raciais.

Nossa escolha por dialogar com o LEAFRO deu-se por se tratar de um laboratório situado na região da Baixada Fluminense, região esta que possui poucas universidades públicas e que, por isso, entre outros fatores, possui uma população com pouco acesso à educação superior e de qualidade.

Outro motivo pelo qual escolhemos o LEAFRO foi porque é um espaço que reúne intelectuais capazes de discutir temas tão caros à sociedade, como as relações étnico-raciais na educação.

Queremos entender a importância de existir o LEAFRO, na UFRRJ. Saber quais são as reflexões e/ou produções de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais desenvolvidas no LEAFRO que somam com as reflexões que já vinham sendo

desenvolvidas na região; em outros termos, queremos saber quais reflexões sobre as relações étnico-raciais são desenvolvidas no LEAFRO por meio de seus sujeitos, no campus do Instituto Multidisciplinar, situado em Nova Iguaçu.

O critério na escolha dos/das pesquisadores/as que foram entrevistados foi o que colhemos investigando os Currículos Lattes<sup>2</sup> de nossos sujeitos. Escolhemos os pesquisadores que estudavam mais diretamente com as abordagens que gostaríamos de trabalhar.

## **2. Indo ao encontro do objeto para encontrar o sujeito**

Será que ele nos chegou de nossas inquietações? Será que ele nos veio como quem chega somente para nos questionar? Como uma dádiva que nos foi concedida para sairmos de nossa inércia? Será que será fruto de nosso trabalho? Fruto de nosso refletir, de nosso desdobrar-se? De onde partiremos e o que encontraremos?

Envolvidos muito mais com as perguntas do que com as respostas - partimos. Pergunta que se pergunta e que está ainda sem resposta. Sobre isso ainda pouco sabemos ou ainda não sabemos. Assim, ao modo de Sócrates, por seu método conhecido como maiêutica<sup>3</sup>, a respeito desse processo de construção: “Só sei que nada sei”.

A partir do reconhecimento de nossa própria ignorância, fomos em busca de algo saber. Mas saber o quê? Quem nos dará as respostas? Apenas sabemos que pouco ou quase nada sabemos, mas como chegar ao conhecimento apenas com essa certeza? Será que nossos sujeitos nos darão as respostas que buscamos?

A questão que se coloca agora é a seguinte: somos ignorantes a respeito de nosso objeto, e para obter conhecimentos, vamos ao encontro de nossos sujeitos; mas o que faremos com as informações colhidas nos diálogos com nossos interlocutores, chegaremos ao conhecimento como um todo, deixaremos de ser ignorantes? Jamais. Nosso intuito é produzir cada vez mais questões, colher respostas que nos levarão a mais e mais questões.

---

<sup>2</sup> Currículo produzido no modelo da Plataforma Lattes, que é administrada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq.

<sup>3</sup> Método socrático em que no primeiro momento, Sócrates levava aquele com quem dialogava a reconhecer a própria ignorância, e no segundo momento, Sócrates queria que a verdade viesse à tona como o ‘parto das ideias’, queria dar à luz as ideias.

Neste sentido, estamos convencidos de que só reconhecendo que não sabemos onde começou ou onde terminará - se terminará - o processo de reflexão sobre a pesquisa, estaremos em condições de produzir nossas questões para além e aquém de qualquer alinhamento. Desse modo, daremos um passo adiante e iremos ao encontro do novo, alargando assim, nossos horizontes para seguirmos em busca de novas conquistas, pois o ato de conhecer não tem fim e, assim sendo, não podemos conhecer o todo.

Todavia, não importa o tamanho da conquista, importa-nos a intenção, o processo da viagem, da pesquisa. É com esse espírito de aventureiros que adotamos como norma, o mesmo e o velho lema da escola de sagres: “navegar é preciso, viver não é preciso”. Viver é impreciso. Assim como antes: pesquisar é ir ao encontro de descobertas; viver na incerteza, desapegar das certezas, mergulhar no desconhecido, inflar as velas e se aventurar por outros mares.

Pesquisar é Começar... Começar... Começar do princípio até o fim e do fim até o princípio e, quando se pensar ter chegado, recomençar o que se começou, voltar ao ponto de partida, mas agora, já sabendo onde se quer chegar, para quando de fato chegar, descobrir que o lugar não era como se imaginava e que ainda precisará viajar mais e mais. Assim, conforme ensina Amorim em seu texto “o pesquisador e o seu outro”.

Toda pesquisa só tem começo depois do fim. Dizendo melhor, é impossível saber quando e onde começa um processo de reflexão. Porém, uma vez terminado, é possível ressignificar o que veio antes e tentar ver indícios no que ainda não era e que passou a ser (2004, P.11).

Como Amorim nos faz perceber na passagem que transcrevemos acima, pesquisar é tomar consciência da vacuidade de nosso ato; é conformar-se com o fato de que nada saberemos em definitivo; que, ao contrário, quando pesquisamos sobre algo ou alguém o que ampliamos de modo fenomenal, não o saber sobre tal coisa, mas a nossa ignorância sobre ela; que pesquisar é realizar o mesmo trabalho de Penélope: o tecer e destecer. Assim como Penélope, lançamos nosso olhar para o horizonte que se encontra à nossa frente: e o que vemos? Vemos não apenas o mar que se encrespa à nossa frente a nos convidar à partida. Mas partir para onde? Partir em direção ao desconhecido. E assim, partimos para a nossa pesquisa.

Começamos por uma investigação dos Lattes de nossos sujeitos a fim de conhecer o LEAFRO num todo e conhecer os nossos sujeitos individualmente. Mas não buscávamos certezas, ou contrário, buscávamos as incertezas, buscávamos as questões que nos direcionavam para nossas próprias ignorâncias. E dessa forma, cada vez mais, aprofundarmos no desconhecido. E carregando nas malas a certeza de que haverá sempre algo a mais a conhecer, de que a pesquisa jamais terá um ponto final.

Dessa forma, conhecer um pouco mais do desconhecido - o preconceito e a discriminação racial sob o ponto de vista de intelectuais negros e negras do LEAFRO - conhecer a partir do diálogo com os/as intelectuais, pesquisadores e pesquisadoras e ao mesmo tempo militantes negros/negras, interlocutores e interlocutoras que elegemos como parceiros/as e amigos/as nessa nossa aventura. E junto dessas pessoas, enunciar e denunciar o racismo em prol de uma sociedade antirracista. Uma sociedade que possa um dia livrar-se do racismo. Por isso,

(...) precisamos reivindicar nossa própria causa. Demasiadamente os outros têm falado por nós, demasiadamente a República tem sido enganada pelas representações falsas, nos assuntos que nos atingem profundamente (...), nossos vícios e nossa degradação são sempre manipulados contra nós, enquanto nossas virtudes passam sem comentário (RUSSWORN e CORNISH apud NASCIMENTO, 1981, p. 35).

E é esta, senão a única intenção em realizar esta pesquisa: a de ouvir as vozes dos que não se calam, mesmo numa sociedade que, historicamente, tenta silenciá-los num determinado “lugar”.

### **3. Verdade tem dois lados: verdade e verdade**

Partimos dessa precariedade para escapar às idolatrias das verdades eternamente inscritas nas lápides da tradição dos discursos reproduzidos *ad infinitum*, pelos grupos identitários que os sustentam como sendo “a verdade”, a sua Verdade, sem levar em consideração que elas, assim ossificadas são nada ou quase nada. Não sabem que algo para ser verdade precisa nascer-morrer-ressuscitar a toda hora e a todo dia. A mesma sim, mas não exatamente a mesma porque no que a toma, que a torna palavra sua, ela ainda continua sendo também do outro, palavra minha e alheia e que, portanto, verdade de um lado só não é verdade alguma. É nada.

Assim, já que todo pesquisador trabalha com os discursos de verdade e está sempre à sua procura mesmo que, conforme Bakhtin, nunca a encontre de forma cabal e

definitiva, cabe-nos, destarte, deixar claro com qual concepção de verdade estamos aqui nos filiando.

Nossa concepção de verdade está apoiada na mesma concepção assumida e desenvolvida por Bakhtin em muitas de suas obras. Dentre essas, destacamos aquela em que ele faz uma reflexão filosófica sobre a verdade<sup>4</sup>.

Na referida obra, Bakhtin (2010), diferentemente de outros autores, rejeita a concepção de verdade como geral, universal, constante e contraposta ao singular e ao subjetivo. Contrário a esta concepção, ele distingue dois tipos de concepções de verdade: verdade (*istina*) de verdade (*pravda*). Ao rejeitar a primeira concepção de verdade (*istina*), ele tende sua reflexão para a segunda concepção de verdade. Bakhtin argumenta que a verdade (*istina*) é uma concepção idealista, universal, abstrata, reiterável e constante. É um tipo de verdade sem tempo e lugar, pois vale para qualquer tempo e lugar. Verdade verdadeira e ponto final: incontestável e antidialogal. Segundo ainda sua linha de argumentação, este tipo de verdade, ao se contrapor ao singular e ao subjetivo, torna-se uma verdade abstrata e, portanto, não reconhecível.

Segundo ele, esta concepção de verdade universal é uma verdade impossível, irreconhecível porque estranha ao mundo dos humanos de carne e osso; mundo que é um mundo não teórico, mas mundo dos atos; mundo que nos impõe sempre uma escolha, uma decisão, um ato de reconhecimento efetivo. É um mundo do não dado. Destarte, não seria o conteúdo abstrato que por si só nos obrigaria a reconhecê-lo como verdade, mas a nossa assinatura-reconhecimento colocada no final e ao final.

Portanto, para Bakhtin (2010) o genérico só pode adquirir sentido e valor a partir do lugar único do singular, do ato do seu reconhecimento efetivo assumido por um agente humano. Para ele, um valor igual a si mesmo, como, por exemplo, a verdade universal, não existe, pois sua validade é reconhecida e condicionada não pelo seu conteúdo tomado abstratamente, mas pela sua correlação com o singular, com a subjetividade daquele que participa, determina e reconhece.

Para darmos um exemplo conforme as intenções de nossa pesquisa, tomemos o fenômeno do racismo, fenômeno esse que é de fato o objeto de fundo dessa pesquisa. Somente genérica e abstratamente poderíamos afirmar que o racismo é um universal que atinge indistintamente a todos os negros, mas na realidade ele não deveria e nem pode

---

<sup>4</sup> Obra cujo título em português é “Para filosofia do ato responsável” e em seu título original é “K filosofii postupka”. Foi escrita por Bakhtin entre os anos de 1920- 1924, cuja primeira edição em russo, data de 1984-85. Foi recentemente publicada e traduzida do italiano para o português (2010) pela Pedro& João.

ser visto dessa maneira genérica e abstrata. Antes, a nosso ver, se concordarmos com a concepção de verdade que vimos refletindo até aqui, o racismo só pode ser analisado, não no plano do abstrato universal, como termo genérico, mas no plano do singular e do subjetivo.

Em outras palavras, podemos dizer que o racismo não será igual em todas as pessoas ou em todos os tempos. Portanto, o racismo não pode ser tomado como uma verdade universal, mas como verdade válida que só pode ser reconhecida, porque condicionada, não apenas pelo seu conteúdo tomado abstratamente, mas pela sua correlação com o singular e com a subjetividade daquele que participa, que o determina e o reconhece.

Desse modo, o sentido do racismo sofrido por mim não tem o mesmo sentido do racismo sofrido por outra pessoa. E o sentido que o racismo adquire para mim, dependerá sempre do grau de proximidade e/ou de afastamento que tenho ou mantenho com estas ou aquelas pessoas. Todavia, gostaríamos de deixar claro que, em momento algum estamos aqui subjetivando o racismo, como se ele não fosse uma estrutura que estrutura as relações sociais e que, portanto, seu combate ficasse ao encargo somente e tão somente dos indivíduos. O que gostaríamos de sublinhar é que ele não pode ser tomado como um conceito abstrato, como um conceito abstrato que não precisasse ser visto *na* e *em* suas manifestações, nos seus muitos modos de ser ou não percebido. Somos de partido que, embora todos os tipos de discriminações sejam faces de uma mesma moeda, elas não são exatamente iguais, tampouco são percebidas e recebidas da mesma maneira.

Tomemos como exemplo o biopoder, conceito que aparece nos investimentos de Foucault(2009), e que está diretamente ligado ao racismo. O mecanismo do biopoder funciona através de estratégias estatais que operam por meio de dispositivos para “fazer viver e deixar morrer”. Então, é importante compreender que, em Foucault, o poder será exercido sob a forma disciplinar, que são mecanismos de poder que tem por objetivo a sujeição e o controle minucioso das operações do corpo. As disciplinas organizam os corpos porque será importante saber onde encontrar os indivíduos para poder instaurar as comunicações importantes e interromper outras. Poder vigiar o comportamento desses indivíduos, aprovar as qualidades ou sancioná-las. Ou seja, utilizar procedimentos para conhecer os indivíduos, dominá-los e utilizar seus corpos. E qual seria a relação entre biopoder, preconceito e discriminação racial? O racismo é uma forma de selecionar e determinar quem pode viver e quem deve morrer.

As reflexões de Foucault nos ajudam a compreender que um conjunto de saberes que tem a população como alvo vai orientar as políticas públicas para oferta de serviços, desde os previdenciários, de saúde, educacionais e até de segurança. Neste sentido, a raça passa a ser critério que define que grupos serão mais ou menos atendidos pelo Estado e a população será fracionada racialmente. Pois bem, esses serviços serão oferecidos de acordo com o conhecimento que se tem sobre todos os grupos que compõe a sociedade, por exemplo, o número de policiais designados para proteger a população de uma região onde moram pessoas brancas e com melhor poder aquisitivo costuma ser o mesmo número de policiais designados para proteger uma população de igual tamanho formada por pobres e negros na periferia?

Embora possamos afirmar que todos os negros são atingidos pelo racismo, não podemos afirmar que todos os negros são atingidos por ele de igual modo e em todos os tempos e lugares. Pois ele só adquire sentido e valor a partir do lugar que cada pessoa enxerga o racismo; ele só adquire sentido e valor a partir de suas interseções no interior das relações sociais de raça, classe e gênero.

Se para Bakhtin (2010) a verdade não pode ser vista e tomada apenas como um valor abstrato e universal, como algo incontestável, antes ela só pode ser verdade quando subscrita e assumida por um sujeito histórico concreto que a assume, subscrevendo-a na unidade de sua consciência real, consciência não abstrata. Por isso, o racismo enquanto tal também não pode ser de outro modo. É com este conceito de verdade que intentamos trabalhar e com ele saltar para fora da linha de qualquer possível alinhamento. Dar um passo adiante.

Sabemos que no campo das ciências humanas trabalhamos sempre com um conjunto de fatos que tratamos como sendo a verdade, o verdadeiro. Mas que não nos dão nenhuma garantia antecipada de que eles sejam de fato verdadeiros e que, portanto, a pesquisa neste campo só pode ser uma aventura na busca do conhecimento verdadeiro.

Para dizer com Bakhtin, estamos certos que a verdade existe, só que nunca a encontramos. E neste sentido, a verdade, mesmo aquela universal, só pode ser verdade quando encarnada em uma determinada realidade. É só aí que ela poderá ser examinada e valorada e ser colocada a serviço da liberdade, do desenvolvimento e aperfeiçoamento da nossa sociedade.

Como já nos referimos anteriormente, só aquele que ignora e que tem consciência de sua própria ignorância estará apto a lançar-se na pergunta. Será capaz de

desvencilhar de seus pré-conceitos e preconceitos e, assim, dar um passo adiante, se responsabilizar pelos seus próprios atos. Atos que são sempre únicos e de nossa inteira responsabilidade. Como aprendemos com Bakhtin (2010): “todo ato é um ato meu”. Portanto, todo ato, enquanto ato nosso, não pode ser transferido a outrem. Tudo é ato, até mesmo a nossa omissão. Não existe saída, não há álibi para a existência e não podemos, portanto, viver como se não existíssemos.

#### **4. A importância do outro no campo do outro**

E por que alguém escolheria um outro? Por acaso? As relações se constroem ao acaso? Quem é esse outro? Estas e outras questões é que buscaremos nos responder aqui nesta seção.

Para Bakhtin (1992), o outro pode ser uma pessoa ou até mesmo o mundo. O outro é algo que não sou eu, mas que mesmo assim me constitui. É o mundo que está, a um só tempo, dentro-fora de mim. Por isso, segundo esse autor, o outro nos é imprescindível para nos constituir enquanto indivíduos humanos. Diferente dos demais seres, os humanos enquanto humanos não são seres naturais isolados, mas seres associados ao mundo social.

Assim sendo, somos, EU e o OUTRO, construções sócio-ideológicas, imbricações sociais, mas não cópias, antes, exemplares únicos porque diferente de quaisquer outros que existem, existiram ou venham existir (ARENDETT, 2010). Embora únicos porque irrepetíveis sem o outro não subsistiríamos no mundo dos humanos, mundo cuja condição humana, segundo Arendt (IDEM), é o da pluralidade. Tampouco nos daríamos conta de nosso pertencimento e de nossa singularidade. Assim como o OUTRO é outro humano completamente diferente de mim, eu também o sou em relação a ele.

A condição de nossa pluralidade é que nos identifica e também nos diferencia. É essa condição de outriedade/pluralidade que nos permite ser vistos e ouvidos pelo outro, que nos permite ver o mundo por ângulos diferentes, coisa essa que só pode nos ser dado pelo outro. Daí a importância da presença do outro em nossa vida. Só ele pode nos revelar uma parte do mundo que não vemos; só ele, ocupando de um ponto de vista exterior será capaz de ver completamente o fundo no qual me movo, mundo que se encontra às minhas costas. Neste sentido e de acordo ainda com Bakhtin (IDEM), os

seres humanos se constituem exotopicamente, se constituem nas interações que estabelecem entre si ao longo de sua existência.

É a partir desse ponto de vista exterior, ponto que só o outro tem condições de nos proporcionar, é que podemos nos tornar conscientes de nossa existência humana, enquanto evento único, singular e irrepetível. Esse caráter especial, singular e único presente em cada um de nós humanos (cujo isolamento não poderíamos nos constituir hmanos), é o que nos faz compreender a importância do outro em nossa vida, pois é o outro, do seu lugar único, que nos concede a existência em toda sua plenitude. Assim, o outro não nos é dado por acaso, o outro é um destino inexorável. É no diálogo com ele, quando nos concede o direito de nos dirigirmos a ele, que nos revelamos.

E o que revelamos ao outro quando a ele nos dirigimos com nossas palavras? Revelamos a nós próprios, revelamos o mundo na forma como ele nos aparece, e que, por certo, é diferente daquele que o outro o está vendo. Portanto, é no encontro com o outro que passamos a perceber o mundo por pontos de vista diferentes, e não somente da forma que nós, do nosso lugar, estamos vendo, mas também pela perspectiva do outro, ampliando desse modo nossa experiência social. Só assim que entre mim e o outro pode aparecer um mundo comum.

Para Arendt (2010) sem essa predisposição para ver e ouvir o outro e compartilhar as coisas que entre nós acontecem, não é possível construir um mundo comum; não é possível uma vida política que nos seja satisfatória. Segundo Arendt, a incapacidade de ver e ouvir o outro sobre as coisas do mundo só pode causar a destruição do mundo do comum e, conseqüentemente, a nossa própria dissolução. Nas suas palavras “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um único aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva” (ARENDR, 2010, p. 71). Daí a importância do diálogo entre mim e o outro. O outro que está sempre a nossa frente, ocupando uma posição exterior, por isso, devido sua posição estratégica, consegue ver tudo aquilo que não consigo ver, simplesmente por estar oculto, às minhas costas.

Desse modo, pensando a questão da alteridade no diálogo com Bakhtin e Arendt, nosso objeto de pesquisa, não poderia ser outro: é o OUTRO, um sujeito, que pensa e que fala e que emite, enuncia seus pontos de vistas sobre o Mundo. Por isso, no campo das ciências humanas “não há trabalho de campo que não vise ao encontro com um outro, que não busque um interlocutor” (2004, p.16).

## 5. O acaso do caso pode dar um caso

Em dois mil e nove, por ser professora de filosofia, fui convocada pela direção da escola a acompanhar uma turma de estudantes do curso de formação de professores para assistir uma palestra no SESC de Nova Iguaçu sobre a relação entre filosofia e educação. Segundo as informações expressas no convite, a palestra seria ministrada por certo professor de filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Já conhecia a universidade, mas até então, nunca havia visitado o campus de Nova Iguaçu. E quanto ao professor, também não havia ouvido falar.

Para resumir a conversa, fui ao encontro ignorando quase tudo, sabendo quase nada, e se pudesse, naquele dia, teria mesmo é ficando em sala dando minha aula, pois já estava com o programa do curso muito atrasado, com pouca matéria para aplicar prova na semana seguinte. Mas mesmo assim sem vontade, na verdade, de má vontade, fui e não me arrependi.

Como já assinalei anteriormente, o conteúdo da conversa era sobre educação e filosofia, mas chegando lá, já no início da fala do professor, pude perceber que o tema não era só sobre a relação entre educação e filosofia, mas uma série de outros, tais como: filosofia, educação, lei 10639/2003, *afrocentricidade*<sup>5</sup>, racismo e igualdade racial. Devo confessar que diante daquela profusão e daquela diversidade de temas sugeridos pelo professor, fiquei abismada e até mesmo espantada.

O fato é que eu estava muito acostumada a palestras de filosofia em que os temas eram mais homogêneos e mais clássicos, como é próprio a todo filósofo que recita grego e escreve em alemão.

Estava acostumada, sim, a ouvir palestras de filosofia sobre o que pensa tais ou quais pensadores. Sobre o que fulano de tal disse ou teria dito; sobre o que tal filósofo importante disse, contradizendo a outro filósofo que teria dito isso ou aquilo de outro sobre tal coisa. Mas ali não havia nada daquilo do que estava acostumada a ouvir.

E de fato, ao meu juízo apressado, eram temas que à primeira vista não teriam como ser desenvolvidos e colocados em prática com os alunos, pois eu só estava acostumada a utilizar os pensadores e os conceitos que aprendi na faculdade de filosofia.

---

<sup>5</sup> “A afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (Asante)

Mas de repente, vi que estava enganada, pois percebi algo tomando outros rumos. Foi quando, há uns dez minutos transcorridos da palestra, deparei com os olhares dos jovens que lotavam o auditório. Foi neste exato momento que percebi em meus alunos que eles estavam atentos e interessados.

Mais surpreendente ainda foi constatar que não estivessem apenas interessados. Mais que interessados, estavam compreendendo tudo, afirmando com a cabeça e se expressando com gestos e cochichos entre si. De vez em quando, durante todo tempo da palestra expressões do tipo: é isso aí! Eu já vi acontecer isso; lá na escola isso acontece de montão; é verdade mesmo; eu não tenho amigo branco; todo branco é racista, sim; eles não gostam da gente; que lei é esta? Eu nunca ouvi falar sobre isto; a gente veio da África...; Sei lá; não sei, pergunta a professora aí. Por essas e outras expressões, pude perceber que, embora, eles estivessem entendendo o conteúdo da palestra, aquele, não era um conhecimento sobre o qual tivessem um conhecimento consistente.

Talvez para muitos ali, aquele era um tipo de assunto, de tema e de conteúdo que apesar de obrigatório, jamais tenham tido contato ou conversado com algum de seus professores. Fato esse que pode ser observado e comparado pelas pequenas enunciações que transcrevemos no parágrafo anterior, mas coisa que iremos discutir e aprofundar mais tarde em nosso texto.

Mas o que mais nos importa mesmo é dizer que naquele dia, pela primeira vez, muitos daqueles jovens estavam tendo a oportunidade de refletir sobre as coisas que lhes diziam respeito e, por isso mesmo, se mostraram interessados e reconhecidos. Interessados sobre as questões do racismo, sobre a importância de se pensar o mundo a partir de outros pontos de vistas e, principalmente, sob o ponto de vista das culturas africanas e não tão somente, como tem sido até agora, pelos pontos de vistas das culturas europeias e/ ou ocidental. Conforme temos aprendido com Boaventura e outros autores que pensam as epistemologias do sul, o mundo é bem maior e bem mais diverso do que aquele que nos querem fazer crer.

Importa dizer ainda que foi a partir daquele encontro que percebi que as questões raciais e da educação eram também questões que diziam respeito a mim enquanto pessoa e profissional. Questões que me fazem questionar e refletir sobre a minha prática social, as minhas visões do mundo; enfim, a pensar a minha própria existência como um todo. Existência essa, conforme temos aprendido com Bakhtin, que só pode estar inscrita no âmbito de minha inteira e intransferível responsabilidade. Responsabilidade para comigo e para com os outros com quem convivo.

Hoje me sinto cada vez mais consciente de que é preciso fazer alguma coisa em favor de uma sociedade mais justa, mais antirracista. Uma sociedade democrática em que o negro e o branco possam viver sem medo e raiva de uns para com os outros, mas fraternos, assim como sonhava o grande líder negro Martin Luther king no seu famoso poema *I have a dream*.

Como ele, eu também tenho um sonho. Sonho que toda pessoa, independente de quaisquer pertencimentos, lute em prol de uma sociedade em que o bem comum seja visto como um valor absoluto, como um fim; sonho que um dia a ética ubuntu, como bem nos explicou o professor Renato naquela palestra que, segundo essa visão de mundo, não podemos ser felizes se os outros estiverem tristes; que essa ética um dia seja uma máxima em nossa sociedade, que um dia essa forma de pensar e agir se torne, enfim, realidade.

## **6. Nossas questões tecendo casos**

Nossas questões não emergiram apenas a partir do momento que nos propusemos a cursar o mestrado. Elas surgiram bem antes, desde o momento que passamos a viver em sociedade. Desde o momento que passamos a compartilhar a nossa existência com outros seres humanos: pais, professores, irmãos, amigos, colegas de trabalho e etc. Experiências estéticas, morais e éticas, afetivas, cognitivas e intelectuais. Encontros existenciais de tudo quanto é natureza e tipo que nos formaram, deformaram, conformaram. Enfim, experiências que nos tornaram aquela pessoa que somos hoje, mas que, certamente, amanhã não seremos mais. Experiências sobre as quais guardamos uma memória.

São dessas experiências que tivemos durante toda a nossa vida é que partiremos para formular e levantar nossas questões de pesquisa, pois é a partir delas que tenho e devo me orientar. Só posso ver o mundo do meu lugar. Todavia o mundo que vejo não é mundo só meu. É mundo que compartilho também com outros e outras. Portanto, ver o mundo do meu lugar não significa ver o mundo como uma visão única e exclusivamente sob meu estrito olhar. Melhor dizendo, o mundo que vejo do lugar que ocupo é um mundo atravessado por outros olhares, de olhares que me ensinaram a vê-lo por outros pontos de vista, ampliando e enriquecendo minha visão sobre ele. Daí, mais uma vez, a importância da presença dos outros em nossa vida. Só ele e somente ele é capaz de nos

oferecer com seu olhar outras visões de mundo. É assim na vida, é assim nas ciências, é assim em todos os momentos.

Portanto, iremos revelar os encontros que ao “acaso” nos afetaram, mas não todos, apenas aqueles que nos ajudam a desenhar nosso objeto de pesquisa. Portanto, o que a seguir dissertará são aqueles encontros que tivemos com professores e colegas de faculdade e de mestrado. Encontros que nos incomodaram e que nos fizeram refletir sobre nossa própria experiência em uma sociedade racista, mas que se nega como tal, um obstáculo ainda a ser vencido. Obstáculo a ser ultrapassado e que assumo como sendo tarefa minha. Assim, emergiram as memórias de fatos que nos ajudaram a construir as questões que nos orientam em direção ao nosso objeto de pesquisa.

- **O que é ser racista ou o que é ser negro?**

Em dois mil e dois, iniciei o curso de graduação em filosofia na UERJ, foi quando tomei consciência da minha condição de mulher negra moradora da Baixada Fluminense, foi quando surgiram as primeiras questões acerca do racismo na educação, pois me sentia deslocada naquele ambiente, nada ali me era familiar. Isso foi antes da criação das cotas raciais e sociais na UERJ. Portanto, poucos eram os estudantes da Baixada Fluminense e, menos ainda, eram os estudantes negros. E talvez por compreender essa sensação, um colega do quinto período também negro e morador de Nova Iguaçu, como num ato de amorosidade, aproximou-se e eu passei a me sentir menos só. Ele estava na sua segunda graduação e também por isso já tinha uma vida econômica estável. Sua mãe era advogada e possuía um bom emprego, talvez isso o ajudasse a se sentir mais familiarizado com o ambiente. Muito inteligente e consciente de que deveria contribuir de alguma forma, ele criou um grupo de estudos para ajudar aos colegas que estavam querendo aprender mais sobre filosofia e assuntos ligados à sociedade. Lembro-me desse meu amigo explicando o seguinte sobre o termo racista: “racista significa afirmar a própria raça”. E por isso, ele afirmava ser racista. Segundo seu ponto de vista, o significado correto da palavra racista seria esse. Mas contraditoriamente negava a sua negritude ao afirmar: “Eu não sou negro”. É esse discurso controverso que a época eu ouvia mas sem elaborar uma crítica que buscaremos compreender junto aos intelectuais.

- **Você sabe quantos negros têm aqui na sala?**

Essa foi a pergunta feita por uma professora de antropologia para iniciar uma discussão com a turma sobre o tema racismo. Mas antes que alguém respondesse, ela já se adiantou a dizer que se alguém já fez essa conta é porque essa pessoa é racista. Segundo essa professora, se alguém já tivesse contado para saber o número de negros naquele ambiente é porque esse alguém é racista, pois uma pessoa que não é racista não teria observado se teria ou não negros no ambiente e muito menos pensado em contar o número de negros. Fiquei assustada com as escolhas metodológicas dessa professora para trabalhar a questão, pois essa seria mais uma forma de fechar os olhos para as desigualdades raciais na educação. Assim, buscaremos junto aos intelectuais refletir sobre possíveis mudanças na atuação pedagógica dos professores a partir da lei 10.639/03.

- **Os negros, diferentes de nós italianos, são uns incompetentes.**

Foi isso o que entendi quando a monitora que substituiu a professora do relato anterior resolveu dar uma aula para a turma sobre a situação das crianças negras. Essa monitora falou sobre o sentimento de inferioridade das crianças negras e sobre a situação financeira desfavorável da população negra. E disse a seguinte frase: “Eu sou de família italiana; nós também viemos pobres ao Brasil, mas conseguimos...”. Passando assim a ideia de que os italianos conseguiram estar em situação melhor que a dos negros por mérito deles. Esquecendo completamente a historicidade que levou os dois grupos a estarem em situações diferentes atualmente e reforçando o discurso da meritocracia que insiste em igualar a todos, igualar pessoas que sempre foram tratados de forma desigual. É sobre esses discursos racistas disfarçados num discurso de meritocracia que pretendemos conversar com esses intelectuais.

- **Racismo, a quem cabe o debate?**

Foi sob a forma de uma discussão acalorada que entrei em contato com essa questão. Já estava cursando as disciplinas do mestrado quando essa questão foi posta por duas colegas em sala de aula. Quem teria propriedade para escrever sobre o racismo? Na ocasião houve uma discussão em sala em que duas colegas defendiam posições diferentes: a primeira defendia que caberia somente aos negros escrever sobre a questão, ao passo que a segunda defendia que todos têm propriedade para escrever sobre o racismo, independentemente de ser negro ou não. Por conta desse debate, identificamos que essa é mais uma questão a conversar com os intelectuais do LEAFRO. O que eles pensam sobre isso? A quem cabe ou deve discutir o racismo?

- **Quem é negro? Uma questão de identidade.**

Essa questão surgiu quando apresentei o meu pré-projeto no seminário de pesquisa aos colegas de turma do mestrado. Alguns colegas me interpelaram com a seguinte questão: como você vai saber quem é negro? Esses colegas disseram que poderá acontecer de eu entender que um professor é negro mas esse professor não se identificar como negro. E então pensei: mas e se algum professor que eu o identificar como branco se autoidentificar como negro? A questão aqui, então, é saber como os pesquisadores do LEAFRO se posicionam frente às identidades e às singularidades.

## **7. Tipos de intelectuais: Intelectual Orgânico e Negro Intelectual**

O que é ser um intelectual? Quem é e o que faz? Para buscar responder essas questões recorreremos a dois conceitos de intelectual: o conceito de intelectual orgânico, de Gramsci, e o conceito de negro intelectual, de Sales. Segundo Gramsci, “todo homem é um intelectual”, porque toda atividade realizada por um ser humano requer alguma intelectualidade, mas não é todo homem que realizará na sociedade a função de intelectual. Gramsci busca entender a seguinte questão: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais?” (GRAMSCI, 2001, vol. 2, p. 15).

Ao grupo de intelectuais pertencentes ou formados pela classe dominante e que, por isso mesmo, está ligado ao modelo capitalista de produção e que tem por função reproduzir esse modelo enquanto organização política, Gramsci o denomina de

intelectual orgânico. Neste sentido, foi a burguesia quem criou o intelectual orgânico no capitalismo, segundo o autor.

No entanto para Gramsci, os proletariados também podem criar os seus intelectuais orgânicos através dos partidos políticos e com a atuação de seus militantes. Dessa forma, os militantes dos partidos políticos comporiam a classe dos intelectuais orgânicos das classes sociais representadas por esses partidos.

Segundo Gramsci os grupos de intelectuais orgânicos seriam muito fáceis de serem identificados em toda e qualquer sociedade. Para identificá-los basta observar a que classe social estes ou aqueles estão a serviço e qual modelo de sociedade estão defendendo com sua produção intelectual.

Para Gramsci, existe um outro grupo de intelectuais: os intelectuais tradicionais. Um tipo de intelectual que se diz livre de quaisquer compromissos com a prática social, sejam estas de qualquer natureza. Para eles, o compromisso do intelectual é com o conhecimento verdadeiro e com a ciência.

Todavia, esse tipo de intelectual, sem lado definido, sem vínculos quaisquer que sejam, são os mais disputados pelos diversos setores da sociedade, pois podem prestar seus serviços tanto aos empresários, à classe hegemônica ou dominante quanto aos dominados. Sem lado e sem partido, circulam de lá pra cá e de cá pra lá. Podem servir ou se colocar a serviço tanto de uns como de outros, ajudando a manter o sistema de dominação ou indo contra a classe dominante que possui o poder. Mas para Gramsci, isso não passa de uma utopia social. A nosso ver, mais que isso, um grande equívoco daqueles que sempre acham que podem se colocar incólumes e acima do bem e do mal. Assim como nada no mundo os afetasse.

Para Gramsci, o partido político não é um organismo corporativo mas um organismo universal que elabora a construção de uma vontade coletiva, e ocupa um papel central como agente educativo para a formação dos intelectuais orgânicos, pois a formação desses intelectuais deverá ser dirigida pelo partido já que é o partido que possibilitará o desenvolvimento de uma consciência de classe, aprofundando o seu quadro de intelectuais.

Segundo ele são esses intelectuais que irão com outros intelectuais tentar convencer e atrair os intelectuais tradicionais para as fileiras do partido. Neste sentido, os intelectuais orgânicos têm que cumprir duas funções principais: pensar a construção

de um projeto social e fazer com que os intelectuais tradicionais adiram-no e trabalhe a favor de sua realização.

Portanto, para Gramsci, o intelectual orgânico deve ser um militante do partido como, e também, um militante nos espaços públicos e privados onde estão as massas que não militam no partido, como por exemplo: nas escolas e nas universidades, na imprensa, nos sindicatos, nas igrejas, nos partidos políticos, em suma, conforme a canção conhecida, ele deve estar onde o povo está.

Por último é interessante distinguir o processo de formação desses dois tipos de intelectuais. Enquanto os intelectuais orgânicos obtêm a sua formação na prática política, nos partidos e na vida social em geral; os tradicionais são educados, são escolarizados e preparados formalmente pelas academias ou por uma educação apenas livresca, como é o caso dos autodidatas.

De acordo com Sales (2011, p.17), pode-se afirmar que está surgindo no Brasil uma nova categoria de intelectuais: os(as) negros(as) intelectuais. Ele explica que negros(as) intelectuais são os(as) acadêmicos(as) com marcadores de ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos movimentos sociais e expressam isso ao realizar seus trabalhos acadêmicos.

Já os intelectuais negros não se comprometem com as questões raciais ao realizarem suas pesquisas e suas atividades acadêmicas. Eles não carregam o compromisso ético de combater os preconceitos e as discriminações raciais por meio de seus trabalhos pedagógicos e de suas pesquisas. Os intelectuais negros pesquisam sobre assuntos diversos, que envolvem outras questões que não o combate às discriminações raciais.

Segundo o autor, os negros intelectuais incorporam dos movimentos sociais negros o princípio de não aceitar com passividade o racismo e as desigualdades raciais. E associado com o conhecimento acadêmico-científico adquirido dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e/ou estrangeiras, é produzido nesses intelectuais um ethos acadêmico ativo que vai orientar suas pesquisas, estudos, ações e suas atividades profissionais de professores/as e pesquisadores/as universitários/as. Tal orientação é que conduz esses professores a orientarem suas pesquisas para o campo das relações raciais. Temas tais como: racismo, preconceito, discriminação, desigualdades raciais e diferença racial são recorrentes entre esse grupo de intelectuais.

Temas de pesquisa que segundo esse autor têm trazido impactos muito positivos para o aumento da consciência racial das populações negras. Onde, cada vez mais, vemos negros e negras a reagir contra toda sorte de discriminação e de intolerância racial. No texto *A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais*, Sales nos diz:

Com o revigoramento dos movimentos sociais negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do Brasil nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para a formação e o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos desses movimentos ou que ouviram as vozes destes por justiça e igualdade racial. Esses “novos intelectuais negros”, ao participarem como ativistas nesses movimentos ou sofrerem indiretamente a sua influência (ouvindo o seu clamor por igualdade racial), tornaram-se ciosos de novos ou outros métodos de pesquisas, indagações, categorias analíticas e conhecimentos para estudar, pesquisar e compreender as relações raciais brasileiras, assim como por apresentar propostas para promover a igualdade racial no Brasil, com o objetivo de eliminar o racismo da sociedade brasileira, especialmente em algumas áreas que eles consideravam estratégicas, como a educação. Nessa área, os ativistas negros brasileiros tiveram papel preponderante ao demonstrar os conteúdos racistas transmitidos pelo sistema formal de ensino. (SALES, 2011)

Diferente do intelectual orgânico a qual se referia Gramsci, intelectual eminentemente formado *na e pela* prática social é, portanto, essencialmente militante político, o negro intelectual obtém a sua formação por dois vieses; pela militância nos movimentos sociais e também pela via da educação formal, acadêmica, ou seja, o negro intelectual é um intelectual orgânico e também utiliza-se da educação tradicional para a sua formação.

Para o negro intelectual, é preciso ingressar à universidade para cumprir o seu papel de intelectual e cumprir, talvez as suas duas principais e mais importantes tarefas, quais sejam: promover a produção de conhecimento com autonomia e descolonizar as formas de produção de conhecimento e pensamento. São essas, e não outras, as duas principais tarefas sem as quais todas as outras não vingarão. Não é só no campo da prática política ou social que a luta pode ser travada, luta que está sendo travada, mas antes no campo epistemológico, pois, conforme nos aponta Boaventura, todo genocídio é precedido de um *epistemicídio*. Para matar um homem, dominá-lo, é preciso antes destruir seu pensamento, colonizá-lo. Talvez este tenha sido o papel sujo da educação escolar, que agora os negros intelectuais estão tentando reverter.

E cabe ainda dizer que os negros intelectuais criaram os Núcleo de Estudos afro-brasileiros (Neabs) e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ANPN) com o objetivo de produzir conhecimentos sobre a temática étnico-racial e buscar dar visibilidade às desigualdades e aos grupos historicamente discriminados, proporcionando assim, uma reflexão sobre essas questões e vislumbrando novos conhecimentos para a realização de trabalhos que buscam a luta contra as discriminações e as desigualdades raciais e sociais.

## **8. Por que o Negro Intelectual?**

Resta-nos agora dizer como e porque escolhemos os negros intelectuais. Escolher um grupo específico não significa alijar os outros, ao contrário, estamos convencidos de que as questões étnico-raciais são questões que devem ser debatidas por todos, sejam estes negros ou não.

Para nós, o racismo não é um problema privativo aos negros. É, antes, uma questão que atinge a todos e que, portanto, deve ser da responsabilidade de todos e, principalmente, de todos intelectuais sejam estes negros ou não; porém, foi e continua sendo o ativismo intelectual negro, teórico e político, que chama a atenção da sociedade brasileira para o racismo que lhe é estruturante e que aparece nas práticas sociais e institucionais.

Como nos ensinou Edward Said, é papel do intelectual aliar-se, não aos poderosos, mas, sim, a todos aqueles que sofrem e padecem as injustiças por causa dos poderosos. Não somos contra o branco tampouco a favor do negro. Somos sim contra todos aqueles que discriminam e não toleram a diversidade e pluralidade da vida humana.

Portanto, este recorte étnico é apenas um recorte operativo e se prende a um momento específico de nossa pesquisa: o de buscar ouvir a voz dos/das negros/negras intelectuais sobre suas experiências do racismo e/ou das discriminações que porventura tenham enfrentado/sofrido no seio de nossa sociedade. Conforme já assinalamos anteriormente, trata-se de uma urgência urgentíssima, um imperativo, pois,

(...) precisamos reivindicar nossa própria causa. Demasiadamente os outros têm falado por nós, demasiadamente a República tem sido enganada pelas representações falsas, nos assuntos que nos atingem profundamente (...), nossos vícios e nossa degradação são sempre manipulados contra nós,

enquanto nossas virtudes passam sem comentário (RUSSWORN e CORNISH apud NASCIMENTO, 1981, p. 35).

Mas o que haverá em comum entre os negros intelectuais a serem pesquisados em nosso trabalho além do fato de serem negros e trabalharem com as questões para a educação das relações étnico-raciais? Entendemos que só o fato de se tratar de negros intelectuais isso não necessariamente significa que venham a pensar igual. Por isso, gostaríamos de saber quais são as diferenças e as semelhanças entre as suas visões de mundo e os seus posicionamentos políticos. E também ressaltamos que mesmo entre o grupo de intelectuais que se declara negro pode haver diferenças muito perceptíveis em relação ao fenótipo desses intelectuais, diferença essa que pode vir a trazer experiências distintas em suas vivências sobre o racismo. Para colhermos informações como essas, recorreremos às entrevistas que foram realizadas no decorrer da pesquisa.

E para reafirmarmos nossa escolha, queremos dizer da importância de ouvirmos o negro contando a sua história e as suas impressões sobre a mesma, de o negro poder estar no lugar de ouvir sobre a sua história sendo contada por outro negro. Queremos saber como o negro intelectual narra suas vivências e experiências.

Será nesse sentido que as ações político-pedagógicas e as pesquisas realizadas por esses professores podem caminhar no sentido dessa ordem social ou no sentido de buscar romper com ela. E assim, auxiliar os grupos sociais a promover a reflexão sobre a existência de tal problema e a buscar ações que vão nos caminhos de romper com tal ordem.

Junto a isso, a valorização da ideia de uma consciência do outro, não no sentido de um outro como o contrário de si, como o não-branco, como o que está fora do padrão socialmente construído, mas sim como um outro que também tem voz e que essa voz também pode ser ouvida porque também tem algo a dizer. A consciência de que o outro corpo também tem que ser respeitado porque também tem força, porque também sangra e porque também pode lutar por uma sociedade melhor.

Será que o corpo que apanhou durante séculos no Brasil também pode bater? Sim. Através dos versos de Castro Alves, dos tambores do Candomblé, e por que não, através dos saberes produzidos por esses professores?

Essas pesquisas podem bater na cegueira de uma sociedade que há séculos tenta não enxergar os efeitos devastadores que os preconceitos e discriminações raciais causam em nossa sociedade e nos indivíduos afro-brasileiros.

## **9. Branquidade: hegemonia e privilégios**

Em seu livro *Branquidade Identidade branca e multiculturalismo* (2004), Vron Ware – que foi a organizadora e escritora da parte introdutória - diz que o sociólogo Peter Fry aponta que os movimentos negros percebem que o sistema de classificação racial no Brasil, como parte da construção do mito da democracia racial<sup>6</sup>, foi responsável por esconder a verdadeira divisão bipolar dos brasileiros entre negros e brancos.

De acordo com Ware, essa formação binária associa a branquidade ao prestígio social, econômico e político e “liga os modos de funcionamento do racismo no Brasil às hierarquias ‘raciais’ de outras sociedades fundadas pelo colonialismo europeu”. Desse modo, podemos entender que a branquidade precisa ser estudada como um sistema global; porém, temos que analisar rigorosamente as diferentes implicações que se impõem na especificidade de onde e quando ela é produzida. Desse modo, a branquidade é estudada como um conceito global, mas ao mesmo tempo, ela é uma construção histórica que está diretamente ligada ao contexto no qual está sendo construída.

No mesmo livro, no texto “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e média no Brasil” escrito por Liv Sovik, a autora nos diz que todas as definições de conceitos sobre a branquidade nos apontam para a vinculação do contexto ao conceito, pois ele é construído arraigado em circunstâncias, ele é construído no processo histórico, não é um conceito já pronto para ser adaptado a novos contextos. Liv Sovik nos diz que Edith Piza em seu trabalho “Porta de vidro: entrada para a branquidade”, trabalha com o conceito de branquidade da norte-americana Ruth Frankenberg: “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se

---

<sup>6</sup> O mito da democracia racial afirma que o processo de miscigenação garantiu perfeita harmonia no seio da sociedade brasileira e nega a existência de qualquer conflito racial no Brasil.

pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo”. Sovik acrescenta que é um lugar de onde se tem a ilusão de observar sem ser observado. Dessa forma, no Brasil, aconteceu a especificidade da ideia do branqueamento. E a mestiçagem vai ser aproveitada no discurso do povoamento, mas mesmo com a mestiçagem, para quem for possível se identificar como branco, terá privilégios.

Além disso, Ware explica que - segundo Anthony W. Marx - o fato de o Brasil ter passado por maiores revoltas de escravizados significa que a classe dominante tinha mais medo dos negros e estava mais propensa a querer esvaziar o conflito entre negros e brancos do que seus equivalentes em outros países, como os norte-americanos; mas isso não significa que a supremacia branca tenha sido silenciada por aqui, significa apenas que no Brasil ela não foi cultuada na política oficial. Talvez, isso explicaria o racismo cordial que se pratica no Brasil. Dizemos que não somos racistas, mas as portas continuam fechadas aos negros. Como se explica isso?

A autora nos diz que no Brasil fizeram esforços para incentivar a miscigenação com a finalidade de embranquecer e unir a população. Com essa política, foi possível preservar as estruturas de poder que davam privilégios aos que podiam se identificar como brancos, sem mencionar a ideia de raça como base legal para a ação de política coletiva, desse modo, sem nenhuma segregação racial oficial, mas que na prática acontecia, pois os negros estavam na base da pirâmide social.

Liv Sovik diz que o preconceito racial no Brasil é inequívoco, porém, sua discussão comumente busca explicações baseadas em classe social e desigualdade socioeconômica. E quando se atenta para a questão da branquidade, aí o argumento é o caráter mestiço da população brasileira: “se não existem brancos, nem linhas raciais nítidas, como pode haver preconceito?”. Desse modo, segundo esses argumentadores, “discutir a branquidade no Brasil seria importar conflitos estrangeiros e relações raciais mais bárbaras”.

Esse argumento é no mínimo curioso, principalmente vindo de pessoas que vivem num país que tem como modelo de ideário as sociedades europeias, como é o caso do Brasil. Não nos preocupamos se os pensadores europeus viviam numa realidade diferente da nossa quando lemos seus livros e criamos teses para tentar entender os problemas aqui do Brasil, sejam eles de ordem política, social, econômica e/ou cultural. Quase tudo o que consumimos no Brasil é importado de pensadores europeus e/ou

norte-americanos, mas quando a questão é para tratar dos problemas das relações raciais, aí o discurso muda radicalmente.

Podemos observar que os produtos culturais de massa mostram que a branquidade continua sendo um projeto para a nação. A aparência branca é o resultado disso. Sovik faz uma ironia dizendo que na televisão até os negros são brancos, e usa a dançarina Carla Perez como exemplo. Podemos observar as figuras de destaque no carnaval do Rio de Janeiro, tanto nos carros alegóricos quanto nos postos de rainha da bateria, estas costumam ser loiras. Sovik ressalta que elas chegam às escolas de samba por convite, para participar no evento onde se valoriza a “beleza” e, muitas vezes, elas têm aulas com as mulheres da comunidade para aprender a sambar.

Dessa forma, o branco é hegemônico no ideal estético, coisa que não causa constrangimento, ao contrário, é naturalizado e é a norma. Os brancos estão em evidência desproporcional nos meios de comunicação e, como já foi dito, isso é naturalizado como sendo o normal, pois o branco é o modelo de ideário que o Brasil busca. Sovik ressalta que o estudo da branquidade pode nos mostrar as formas mais cordiais e menos explícitas do racismo brasileiro; e que estudar a branquidade no Brasil nos revela quais são os modos de suavizar os contornos de categorias raciais ao mesmo tempo que se mantém as portas fechadas para os afrodescendentes.

Portanto, com as ideias da mestiçagem, da cordialidade e da quase inexistência de conflitos raciais que foram difundidas por meio do mito da “democracia racial”, o Brasil conseguiu suavizar os contornos de categorias raciais e manter muito bem demarcadas as barreiras para impedir aos negros de desfrutar do mesmo prestígio social, econômico e político daqueles que podem se identificar como brancos.

## **10. Um pesquisador desaparecido no campo**

Começando a fazer as entrevistas. E como todo iniciante, fiquei muito nervosa e apreensiva, coração saltando pela boca, mãos tremulas e suadas. Tudo isso que não deve acontecer, mas que aconteceu. Paciência. Nem tudo pode estar sob nosso controle. Mesmo muito nervosa, parti para o campo, ao encontro marcado.

Por acaso ou de propósito, iniciei as conversas entrevistas com dois amigos. Amigos esses que contribuíram, contribuem e tem contribuído bastante para a minha

formação. Depois desses dois amigos, que também são membros do laboratório, conversei com uma professora. Esta última, mesmo possuindo a pele branca, se considera negra, por isso, foi incluída no rol dos professores entrevistados.

Já neste início, percebi que o certo mesmo é que o/a pesquisador/pesquisadora em relação ao campo de pesquisa é sempre um/uma estrangeiro/a, um/uma ignorante e, ao mesmo tempo, um/uma curioso/curiosa que tudo quer ver e tudo quer pegar, tudo quer saber. Pegar e trazer para seu quarto de brinquedos e enfeitar sua caixinha de surpresa. Guardar, polir e depois mostrar para todo mundo o que descobriu e ajeitou. E ajeitou do seu jeito. No campo a realidade e no gabinete, o quarto de brinquedo do/da pesquisador/pesquisadora arte, o texto, brinquedo que dá trabalho para fazer.

O fato é que, nem tudo que colhemos no campo pode constar do nosso texto final, por mais importante que ele seja, nem tudo cabe em nossa pesquisa. O campo é um imenso, por menor que ele seja é um continente que quanto se caminha, mais se tem para caminhar. O campo todo não cabe no texto, só uma parte dele. E foi isso que aconteceu comigo, mas que não dá para contar tudo que aconteceu comigo, pois como já disse, o campo é imenso. Poderíamos confessar assim como um dia nos confessou Manoel de Barro que noventa por cento deste texto é invenção só dez por cento é mentira.

Comecei as entrevistas com a seguinte pergunta: como você se autoidentifica de acordo com as categorias do IBGE? Pronto. Bastou fazer esta pergunta para a coisa degringolar de vez. Não imaginava que a partir dessa pergunta fossem desencadear tantas respostas se impondo desesperadamente para sair, e me vi fazendo perguntas que sequer achara importante nos momentos anteriores às entrevistas. Nossos interlocutores pareciam responder a tudo e ao mesmo tempo a nada. Fiquei perdida e atordoada de vez. A ponto de esquecer que estava nervosa até a hora de fazer aquela simples e ingênua pergunta que eu também esperava uma resposta simples do tipo: eu me identifico como negro, branco, homem, mulher e etc. Mas não, o que veio foi um terremoto de palavras, de discursos de ideias que haja mão para transcrever aquela enxurrada de coisas.

Assim, simplesmente me perdi, me confundi e saí da minha segurança de pesquisadora que havia preparado cuidadosa e pacientemente meu caderninho de pesquisa, na verdade, a minha folha de papel. Olhei para a folha, e lá estavam aquelas perguntas que naquele momento já não me serviam mais, pois já era outra coisa, eu precisava de algo novo. E agora, o que faço?

Elas também me pareciam, naquele momento, com Hannah Arendt quando ela nos diz em *A Condição Humana* que os agentes, os participantes de uma conversa, podem dar início a algo, iniciar algo, mas jamais prever e controlar ao que virá depois. E foi isso mesmo que aconteceu comigo e, talvez, pela primeira vez, a teoria foi confirmada na prática.

Assim, despida de minhas certezas, representadas naquela folha de papel, me abandonei nos braços do outro, deixando a vida me levar. Era aquele momento muito maior do que podia prevê a minha vã filosofia de marinheira de primeira viagem.

Na verdade, podemos consentir agora, o que nos pareceu estar fora do rumo, era desvio nenhum. Ao contrário, era mostrando-nos seu próprio rumo, era própria vida se fazendo presente. Dizendo-nos assim: veio me ver? Então veja! Se me viu, repara! Pergunte que eu te respondo. Não do modo e do jeito que você quer ou pensa querer, mas da forma que eu quero dizer.

A pesquisa está mesmo em movimento e ganhando vida. Exemplo disso é que as primeiras perguntas que fizemos se mostraram ineficazes para descobrir tudo o que nossa intuição e curiosidade queriam saber. Então, tivemos que refazer as perguntas e refizemos algumas entrevistas e infelizmente nem todas as entrevistas couberam nessa pesquisa, pois algumas não tivemos tempo para refazê-las.

Pode-se dizer que depois desses inusitados encontros estou completamente perdida, na verdade, desenganada com tudo aquilo que me disseram sobre o trabalho do pesquisador no campo. Daquelas coisas todas de método e metodologias. Disso tudo só ficou a pergunta: o que é que eu faço? Senta, escuta, pergunta e fala. Falar com quem? Com o outro que está a sua frente, que está concedendo o direito de falar com ele e visitá-lo em sua intimidade.

## **11. O que é ser racista e o que é ser negro?**

Com essa pergunta, iniciamos nossa entrevista. Essa questão foi construída para sabermos o que é ser racista segundo a visão dos intelectuais que seriam entrevistados. Porém, quando fiz a pergunta pela primeira vez, o entrevistado disse o seguinte: antes dessa pergunta, seria mais interessante saber o que é ser negro para esse sujeito.

E a partir da sugestão que foi posta por esse entrevistado, comecei as demais entrevistas perguntando o que é ser negro ao invés de perguntar o que é ser racista. E

desse modo, os entrevistados começaram a dizer como foram construindo suas identidades e como elas ainda estão em construção.

Percebi que através da identificação do sujeito com o ser negro, dessa afirmação de identidade - que a meu ver, não é identidade fixa, mas que está em constante movimento e construção - nossos entrevistados, como que se deixando levar por suas próprias histórias, chegavam num ponto em que eles mesmos se direcionavam a responder o que é ser racista, segundo suas experiências, pois eles fizeram uma relação entre os acontecimentos de seus passados, histórias de seus familiares, espaços onde tudo acontecia e suas concepções atuais do que seja um ato preconceituoso e discriminatório.

E foi por meio desse sentir-se negro que nossos entrevistados, como que por intuição, acabavam respondendo a questão que eu fizera anteriormente, que era a de saber o que é ser racista; pois ao responder o que é ser negro, eles respondiam quais eram as características que os faziam se identificar como tal. E essas características eram a pobreza, as condições precárias em que viviam e os preconceitos. Nossos entrevistados sentiam vontade de responder o que os preconceitos e as discriminações raciais causavam a eles como negros. E ao fazer isso, apontavam os comportamentos que consideram racistas, ou seja, respondiam o que é ser racista.

Ao ouvir as respostas, refleti e ainda venho refletindo sobre essa questão, pois pensando com Sartre a questão da má-fé - em que o indivíduo não se responsabiliza pelas consequências de seus atos e transfere sua responsabilidade a outrem – acredito que dizer que as coisas sempre foram assim, que temos que “dançar conforme a música” são apenas atitudes conformistas, pois responsabilizar o destino por atitudes que são reproduzidas por nós mesmos só agrava tal problema.

Dessa forma, estou refletindo sobre a responsabilidade que temos em não nos deixar cair na armadilha de usar o discurso do opressor contra nós mesmos, aceitando e propagando tais discursos e práticas racistas sem ter a responsabilidade de fazer uma reflexão mais cuidadosa para ver se esses discursos e práticas realmente nos servem.

Comecei a entender que os oprimidos que reproduzem os discursos do opressor são vítimas desse sistema, mas eles podem refletir a partir de suas próprias experiências e podem ter coragem para, pelo menos, parar de reproduzir tais discursos e até mesmo vir a lutar contra tal opressão.

E o que veremos a seguir são relatos de como esses intelectuais enfrentaram e enfrentam os preconceitos e as discriminações raciais em suas vidas e como eles transformaram essas experiências em reflexões e estudos sobre a temática.

E segundo o professor Alexandre do Nascimento,

*“Do ponto de vista cultural, esse sentir-se negro, nunca me senti diferente”*

O professor Alexandre começa nossa entrevista afirmando que sempre se viu como negro, pois veio de uma família preta, e que, inclusive, era o mais clarinho da família de sua mãe, família com a qual convivia e foi criado. E ao lembrar da família materna, ele diz: “ali tinha macumba, pessoal de escola de samba, minha mãe era passista, minha tia era porta-bandeira”. Com isso, podemos entender o motivo que levou Alexandre a se identificar como negro desde sempre.

Mas ele também revela que nem tudo eram flores, pois conta-nos que existia muito constrangimento, sobretudo, por parte das mulheres da família por conta da estética de seus cabelos. E que se por um lado, eles/elas não tinham dúvidas de serem negros/as, por outro lado, apresentavam problemas em serem negros/as.

E nosso entrevistado resume da seguinte forma: seus familiares entendiam que eram negros, mas se assumiam numa posição de inferioridade. Dessa forma, de acordo com suas palavras, “eles estavam dentro desse jogo do racismo, e aceitavam essa manipulação do racismo em dizer que as pessoas negras são inferiores, são mais feias...Esses discursos racistas”.

O professor Alexandre relata que ouvia a seguinte frase: “preto quando tem poder fica metido”. Aqui fica evidente o que é o poder simbólico, explicitado por Bourdieu (2006), quando o autor afirma que esse poder só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos a esse poder. O poder simbólico é um poder invisível que é transmitido por meio de frases de efeito e o mesmo só poderá ser exercido com a cumplicidade de quem está sujeito a esse poder e com a cumplicidade de quem o exerce.

Ele é um poder invisível porque constrói a realidade e provoca a reprodução dos modos de agir a partir de frases de efeito. Na frase “preto quando tem poder fica metido”, podemos perceber a reprodução de uma ideia racista que conta com a cumplicidade dos que estão sujeitos a esse poder e dos que o exercem. E o relato que virá a seguir demonstra um pouco isso,

*“E depois, minha mãe ainda me deu um esporro”*

Essa frase, o professor Alexandre disse ao lembrar da primeira vez que reagiu contra o racismo e da reação de sua mãe ao saber que ele havia reagido. Foi quando ele tinha apenas quinze anos de idade e trabalhava como office boy.

O professor Alexandre conta-nos que estava com tempo livre no trabalho e como teria que fazer uma entrega próxima ao trabalho de sua mãe, que exercia a função de empregada doméstica, no bairro do Humaitá, Zona sul da cidade do Rio de Janeiro, ele aproveitou para lhe fazer uma visita.

Ao chegar na portaria do prédio onde sua mãe trabalhava, o porteiro lhe ordenou que subisse pelo elevador de serviço, mas ele argumentou que não estaria trabalhando e que, por isso, subiria pelo elevador social. Essa atitude, mesmo sendo inconsciente, já mostrava que aquele menino não estaria disposto a aceitar ou ajudar a reproduzir o racismo.

Mas sua mãe, que possuía outro entendimento e que, a exemplo do restante da família, não discutia sobre o racismo; acabou por repreender o filho por não ter obedecido a ordem do porteiro para subir pelo elevador de serviço. E essas situações decorrentes do racismo insistiam em incomodá-lo, como veremos a seguir:

Na marinha eu tive uma experiência com a marinha argentina em que os argentinos ficaram rindo da minha pele, e ao mesmo tempo, diziam que queriam conhecer as mulheres negras brasileiras, que são passistas. Eles tinham a visão dessas mulheres como sendo mulheres fáceis. Isso me deixou muito incomodado.

Aqui, fica evidente o constrangimento que o negro passa em/nas relações sociais, pois essas brincadeiras/constrangimentos são feitas de forma alegre e divertida na visão

dos autores dessas “brincadeiras”, e se o negro reclamar é visto como alguém que não tem senso de humor. O negro é visto como o outro que, por não estar enquadrado num modelo universal seja este de cultura, de beleza, ou de qualquer outro; será inferiorizado e ridicularizado como se o outro não tivesse importância ou valor. Ainda segundo esses relatos do professor Alexandre,

*“Eu tive dois apelidos no colégio: o de feijão e o de miquinho”*

Nos exemplos acima, podemos perceber que o constrangimento começa desde que nascemos, e como também percebemos com a experiência anterior que lhe aconteceu na marinha, podemos constatar que esses constrangimentos duram a vida toda. Mas como enfrentar isso?

*“Ali eu fiz a minha primeira reação consciente contra o racismo”*

E para defender-se contra esses constrangimentos, muitos negros buscam instruir-se para entender e combater o racismo. Assim, o professor Alexandre conta que começou a discutir o racismo quando conheceu o Frei David e, junto com alguns amigos, montaram o pré-vestibular para negros e carentes.

É interessante entender como que a militância fortaleceu o professor Alexandre para o que ainda estaria por vir, pois quando tinha vinte e quatro anos, passou por uma experiência única: o nascimento de seu filho. E junto com toda a felicidade que esse acontecimento traz, novamente o constrangimento estaria presente em sua vida, pois ao ir registrar seu filho com um nome africano, o tabelião se recusou. O mesmo disse que esse nome não constaria na lista de nomes que as crianças poderiam receber.

Para resolver esse problema e conseguir registrar seu filho com um nome africano, o professor Alexandre foi buscar a ajuda de seu amigo - o Frei David. E este o apresentou ao jornalista Tim Lopes que logo se prontificou a fazer uma reportagem denunciando o acontecido.

O professor Alexandre relata que, na época, esse problema ocorrido, ao tentar registrar seu filho com um nome africano e a recusa do tabelião em fazê-lo foi primeira capa de jornal e foi discussão na mídia por três dias, em que o professor Alexandre

aproveitou para aparecer numa entrevista que concedeu à televisão, com uma camisa onde apareciam os seguintes dizeres: “negro, resistir é preciso”.

E, felizmente, essa primeira reação consciente de Alexandre contra o racismo teve um final feliz, pois por entender que resistir é preciso, Alexandre reagiu ao ato racista do tabelião e conseguiu registrar seu filho com o nome que escolheu: Zama.

E o professor Otair Fernandes também nos conta suas experiências,

*“Quando entrei para a faculdade, eu já era do movimento social, então, para mim, não era novidade, pois já sabia desde o início que estava numa luta”*

O professor Otair começa nossa entrevista com a frase acima, referindo-se sobre a importância do movimento social para a sua vida, para que ele desenvolvesse uma consciência política a respeito do racismo.

Nosso entrevistado conta que quando entrou para a faculdade não foi novidade encontrar a maior parte dos estudantes brancos, de classe média, da zona sul, do centro... e que sentia-se preparado para resistir ao racismo porque já entendia como que isso funcionava.

Com base nesse relato, entendemos a importância da consciência negra sobre o racismo para a vida do/da jovem negro/a, pois a partir do conhecimento que é adquirido nos movimentos sociais, esses/as jovens passam a entender que a exclusão racial existe sim e que, ao invés de aceitar, naturalizar e reproduzir o racismo, eles/elas podem combater e resistir. E o professor Otair afirma sobre o racismo, em seu campo ideológico, que:

Quem pratica o racismo não sente que está sendo racista, devido a naturalização. Agora, quem sente é que percebe se há o racismo ou não. Então, obviamente, a percepção passa a ser um elemento fundamental. Por isso que a gente se sente, quando olha o outro, inferiorizado, feio, aquela coisa de que ali não é o seu lugar. Tudo isso vem de uma percepção em que desde cedo fomos vítimas do racismo no seu plano ideológico.

Assim, podemos entender a partir de Bourdieu (2006) que o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido do mundo como uma concepção homogênea. É um poder invisível que será reproduzido a partir de frases de efeito e que conta com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos e daqueles que exercem esse poder. Desse modo, é comum observarmos pessoas que estão sujeitas a algum poder de dominação defenderem as ideias que reprimem e discriminam a elas mesmas.

Estamos nos referindo ao poder de naturalização que possibilita a reprodução da ordem social sem que haja uma reflexão sobre ela, à naturalização que esconde os problemas raciais e as desigualdades sob a forma de frases de efeito que são repetidas inúmeras vezes sem a devida reflexão e/ou contestação.

E antes de estar no movimento social e aprender e fazer as leituras das relações raciais nos diversos ambientes em que circulava, o professor Otair relata que tinha uma percepção apenas no campo subjetivo, a partir dos estereótipos relativos à sua pessoa. Assim, ele percebia que:

Ser negro significava ser feio e estar em condições desfavoráveis. Minhas irmãs passavam pente-quente nos cabelos e meus cunhados passavam henê, e nós, que éramos crianças, queríamos passar também, pois o cabelo era o estereótipo de coisa ruim, de feio. Quem vai querer ser feio? Essa questão é a mais profunda.

Desse modo, de acordo com a ideia da branquidade, a mesma é uma construção que está associada ao prestígio econômico, social e político, e liga as formas de funcionamento do racismo no Brasil a partir de pensamentos que traduzem que o branco é a norma e é o universal.

Trata-se de um fenômeno socialmente construído, um constructo de poder ideológico bem sucedido do projeto modernista de colonização. Essa universalização faz parte da construção da branquidade, pois o branco passa a ser a norma e todos os outros grupos é que são racializados.

Assim, o outro, ou seja, o diferente do branco, passa a buscar esse padrão para ser aceito, para ser bonito, para conseguir bons empregos... Segundo a ideia de

branquidade, os brancos, como grupo hegemônico, tomam sua identidade como a norma e o padrão pelo qual todos os outros grupos são medidos.

De acordo com o que foi dito, podemos entender como que essa construção vai influenciar no modo que o negro se vê e se comporta, pois quando ele busca alisar seus cabelos para ficar parecido com o branco, na verdade, ele está buscando ser bonito dentro do padrão estabelecido, pois de acordo com a construção da branquidade, só é bonito quem segue esse padrão.

*“E também tem o plano material, do lugar social, das condições materiais”*

O professor Otair nasceu no Tuiuti<sup>7</sup> e depois foi, junto com seus pais e sete irmãos, morar no município de Mesquita. E por ter nascido numa favela e numa família numerosa e pobre, já sabia que teria que lutar muito para se formar.

Nosso entrevistado conta que sentia vergonha de entrar na casa de amigos, pois eram casas melhores que a sua, algumas tinham carros... E diz também que percebeu o racismo desde cedo, quando olhava ao seu redor; pois nasceu no morro, e por isso, percebia as diferenças e as questões das desigualdades, mas não tinha a compreensão política e ideológica do racismo. E que só passou a ter essa compreensão no movimento social, pois entendeu que o racismo existe e que ele é concreto. E passou a compreender que:

O racismo se apresenta de uma forma muito cruel para nós, negros; de uma forma que nós não percebemos que somos vítimas. Só depois que temos a compreensão política que nós percebemos o racismo na sua concretude, na sua compreensão política. Depois de tomar compreensão política, não tive dúvida que o racismo é todo esse sistema estruturado, de formação social, que tem como base o preconceito e a discriminação como forma de tratamento.

O professor Otair faz questão de deixar evidente que foi a partir do movimento social negro que passou a ter a compreensão política sobre o racismo. Que o aprendizado que recebeu no movimento, associado aos estudos acadêmicos, o fez passar

---

<sup>7</sup> Morro situado na cidade do Rio de Janeiro no bairro de São Cristóvão

por uma ruptura, que aconteceu, primeiro, dentro dele mesmo. Mas que ruptura foi essa da qual nosso entrevistado se refere?

Ele refere-se aos padrões e normas que recebera desde criança por meio das relações sociais e/ou familiares; sobre os padrões de beleza e de pertencimento, a fim de afirmar o seu lugar.

Refere-se à busca de saber qual seria esse lugar, que não seria aquele indicado por esse sistema estruturado pelo racismo, mas sim aquele que o fortalecesse para resistir contra o poder ideológico da branquidade.

## **12. Você sabe quantos negros têm aqui na sala?**

Ao fazer essa pergunta surgiu uma questão que me tirou a tranquilidade, pois queria entender como que acontece essa produção de saberes na universidade. Entendia que são vários os grupos que produzem conhecimentos e que esses conhecimentos são diversos, mas confesso que fiquei bastante assustada com o exemplo dado por essa professora, que possui pós-doutorado e que, presumidamente, possui conhecimentos suficientes para ter um discurso mais refinado sobre a temática étnico-racial.

E com um certo incômodo e sem saber qual entonação de voz daria ao levantar tal questão, fui fazer a pergunta. Queria saber por que, na visão de nossos entrevistados, essa professora teria usado um discurso tão oposto ao que acreditamos que deveria ser empregado para caminharmos ao encontro da democracia e da diversidade racial nos diversos setores da sociedade.

Primeiro, imaginei que por esse episódio ter se passado em dois mil e dois, ou seja, por ter sido um acontecimento anterior à lei 10.639/03, imaginei que essa professora não teria tido acesso aos estudos sobre a temática por conta de ainda não ter muita produção sobre as questões étnico-raciais. Mas logo na primeira entrevista essa minha suposição já foi desmentida.

E continuei curiosa para saber o que os demais entrevistados pensariam sobre isso. E essa curiosidade me levou a pensar na autoridade que algumas pessoas possuem para produzir seus discursos, visto que a impressão que passa é a de que essa professora

não teria constrangimento em talvez ser refutada por algum aluno mais engajado nessa temática.

Assim, mais pontos de vista apareceram. Surgiu a ideia de que com a lei 10.639/03, mais estudos sobre a temática étnico-racial foram surgindo e que, com isso, os defensores das ideias defendidas por essa professora se viram obrigados a refinar seus discursos para poder disputar esse espaço do poder.

A partir disso e por meio das reflexões de nossos entrevistados, senti a necessidade de pensar como que esse tipo de discurso pode ser refutado. Refleti bastante sobre essa questão e procurei entender o que nossos entrevistados pensam sobre isso. As respostas foram esclarecedoras para que pudéssemos pensar a questão do poder e a questão do conhecimento.

E sobre essa questão,

O professor Alexandre do Nascimento nos diz que: “Esse é um discurso muito típico da pessoa branca e também, no meio universitário, de não ouvir o que o outro fala, de não ouvir a outra pessoa, de não dar a mínima ao que o movimento fala, ao que as pessoas negras dizem”.

De acordo com o que está acima, podemos entender que as pessoas fazem julgamentos diferenciados dependendo do momento, ou seja, quando elas estão passando por alguma situação injusta, costumam sentir, reclamar... mas quando essa situação não se aplica a elas, as mesmas costumam amenizar o problema, e algumas ainda dizem que “você está muito afetado pela experiência” frase do deputado Jean Willian, quando questionado por pessoas negras sobre seus pronunciamentos a respeito das questões raciais.

Dessa forma, a experiência, que deveria contar como um conhecimento a mais a respeito de como o racismo é cruel e de como ele pode afetar as pessoas negras; passa a ser um elemento para desqualificar as opiniões e impressões dessas pessoas negras que querem expressar seus posicionamentos.

Segundo o autor Thomas Nagel (1974), em seu artigo – Como é ser um morcego? - “É difícil compreender o que significaria o caráter objetivo da experiência separadamente do ponto de vista particular pelo qual o sujeito a apreende”. Assim, fica a seguinte questão: como discutir o racismo antinegro no Brasil desqualificando as experiências e os pontos de vista do negro? Isso não nos parece lógico. E a esse respeito, o professor Alexandre nos diz que:

*“É um tipo de sensibilidade diferente: ou você é uma pessoa muito interessada nessa temática ou você é uma pessoa que vive o problema”*

Assim, entendemos que se não existissem estudos sérios sobre a temática étnico-racial, essa questão poderia passar despercebida, sem nenhum constrangimento para essa professora em ser contestada sobre seus posicionamentos. Tudo seria interpretado somente de acordo com os interesses e as subjetividades de cada um, pois ocorre - no meio universitário e por parte de pessoas que não vivem o problema - a tentativa de querer desqualificar as subjetividades do negro. Por isso, se faz necessário, cada vez mais, estudos sérios sobre a temática em que todos os pontos de vista e subjetividades sejam válidos. Assim, o professor Alexandre nos diz que:

Não existe uma lei que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira à toa. Essa lei não precisava existir, pois a constituição já dá base para isso, a LDB dá base para isso. E por que precisa ter uma lei para dizer que tem que fazer e que, mesmo assim, após dez anos ainda não está sendo feito? Porque tem uma resistência, porque o racismo ainda está presente, porque nossos valores universais não têm aspectos da cultura africana, e então, esse universalismo nos exclui. É efeito da branquidade.

O modo como a história e cultura africana e afro-brasileira adquire uma invisibilidade na sociedade brasileira é bastante complexo, pois aspectos da cultura branca europeia são transmitidos como se fossem o modelo da cultura universal, como se existisse uma única cultura em que todos, independentemente de sua origem, formação cultural ou religiosa, pudessem ser reduzidos a parte integrante dessa cultura, pois ela é a norma e, portanto, universal. E assim, as outras culturas e seus sujeitos são tratados como invisíveis. E de acordo com o professor Alexandre:

É um constrangimento você entrar num ambiente em que só você é negro. As pessoas observam isso, uns mais e outros menos. Uns disfarçam, outros se incomodam. Mas as pessoas observam isso. Porém, no Brasil, é como se fosse assim: não podemos falar isso. Esse é um discurso que se não for racista, contribui para o racismo, que é esse discurso que diz que se a gente não discutir o racismo, ele passa a não existir. O que essa professora faz é mais ou menos isso.

Assim, entendemos que o mito da democracia racial, difundido por Freyre, extirpou as chances de reparação, pois de acordo com essa ideia, o Brasil seria uma terra quase isenta de preconceito racial, e que, por isso, poderia servir como exemplo para os outros países do mundo resolverem seus conflitos raciais.

E, segundo essa visão, a miscigenação evitou que algum vestígio de preconceito racial que tivesse vindo da Europa com os portugueses ganhasse força no Brasil, e como bem nos questiona Sovik (2004) em sua crítica a essa tese “Se não existem brancos, nem linhas raciais nítidas, como pode haver preconceito?”. Sovik explica que foi assim que se defendeu a inexistência do preconceito racial no Brasil.

Podemos concluir que, de acordo com essa visão, se os negros viviam em condições econômicas desfavoráveis às dos brancos, isso não seria algo que precisasse de uma reparação, segundo esse mito, vivíamos numa democracia racial, e o que faltava ao negro, bastaria que ele se esforçasse para obter, pois todos viviam em harmonia e não havia impedimentos para que o negro ascendesse socialmente. O professor Alexandre contesta esse mito da dizendo o seguinte: “E ao mesmo tempo, você tem um movimento negro forte e potente trabalhando contra o racismo. Não existe lugar nenhum do mundo em que você tenha um movimento social sem que exista uma demanda”.

Andrews(1988), em seu livro, Brancos e negros em São Paulo(1888-1988), nos diz que, segundo os estudos de Fernandes, a escravidão foi destrutiva tanto pelas vítimas quanto pelo futuro da sociedade brasileira, pois foi um sistema autoritário que implantou o preconceito e o senso de superioridade racial nos corações dos brancos Brasileiros.

Dessa forma, o mito da democracia racial mostra-se infundado, pois o negro não conseguiu se integrar à sociedade brasileira após a abolição, e o motivo disso foi devido à discriminação, falta de oportunidade de emprego, de moradia, de alimentação e de apoio governamental através de políticas públicas ou privadas.

E a criação de um movimento social com o objetivo de denunciar e combater as desigualdades raciais dentro das instituições e na sociedade brasileira apenas ratifica que não havia uma democracia racial, pois se não existisse uma demanda de combater o racismo, não existiria um movimento social negro.

Ainda sobre a fala dessa professora,

O professor Ahyas Assis questiona dizendo que: “Se nós deixássemos de trabalhar com a categoria raça, acabaria o racismo, é isso? Se fosse assim, nós, negros, seríamos os mais interessados em acabar com esse racismo rapidamente. Esse é um recurso covarde e hipócrita”.

Ele mostra-se admirado com o argumento da professora pois discorda dessa tese e conclui que se deixarmos de trabalhar com a categoria raça, o racismo não deixará de existir. E afirma que “o discurso é uma prática social e essa prática social não é isenta, muito pelo contrário, ela é uma fala política”. E que essa professora está fazendo justamente uma fala política.

Segundo Bourdieu (2006), o poder simbólico é um poder invisível que constrói a realidade social por meio de frases de efeito, propondo uma concepção homogênea que torna possível a concordância acerca do sentido do mundo social, contribuindo assim, para a reprodução e manutenção da ordem social. Ele é invisível pois é ignorado, não se deixa ver.

Assim, será que deixar de enxergar e de contar o número de negros num determinado ambiente não seria mais uma forma de mascarar e esconder o problema das desigualdades raciais? Esse discurso não seria mais uma frase de efeito que, sem que se perceba, ao reproduzir a ideia de que o racismo só existe porque os negros são discriminados, ao invés de resolver a questão, iria justamente criar a invisibilidade do negro, proporcionando assim a manutenção das desigualdades raciais? A esse respeito, o professor Ahyas nos diz que:

Discriminar o outro é algo positivo pois nós só podemos saber o que nós somos porque nós nos comparamos com o outro, ou seja, para saber quem é o

outro eu preciso discriminar, identificar. Agora, o problema é quando eu politizo essa discriminação, ou seja, quando eu coloco relação de poder nesse fenômeno discriminado porque além de dizer que o outro é assim, eu digo, além de ser assim, por não ser como nós, ele nos é inferior. Aí eu politizei o termo.

E sobre a escolha metodológica dessa professora, o professor Ahyas afirma que:

Eu acho que essa é uma escolha metodológica essencialista, e essência não serve para muita coisa, a não ser para criar estereótipos. Quando você fala que branco correndo é atleta e preto correndo é ladrão, você está trabalhando com essência. Não existe cultura negra, pois ela não é a mesma. E para entende-la precisamos estudar com profundidade e fazer essas diferenciações e o essencialismo é raso pois homogeneiza o que não pode ser homogeneizado.

Dessa forma, o mito da democracia racial, por exemplo, afirma o caráter mestiço da população brasileira. Mas dizer que a população brasileira é mestiça ajuda a entender como vive essa população e as suas características e diferenciações? Em outras palavras, será que todos os mestiços são iguais e desfrutam das mesmas condições socioeconômicas? E a respeito das crescentes pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre a temática étnico-racial e o discurso dessa professora, o professor Ahyas nos diz que:

Quanto mais se estuda e se tem conhecimento nesse campo étnico-raciais, mais os discursos se refinam. Quem trabalha com racismo antinegro, o que ele vai fazer agora é refinar as suas afirmações, não dá mais para dizer que é ingenuidade. São campos políticos, campos opostos disputando o poder. Estamos disputando o direito à vida, e disputar direito à vida significa direito de viver, e quem sempre confundiu privilégio com direito não vai ceder isso de graça, vai refinar os discursos, refinar as práticas; mas resignificá-las não. É disputa ideológica e política que tem sérias influências com a vida das pessoas.

Assim, o biopoder agirá a nível das populações. Ele considera o conjunto com o objetivo de assegurar sua existência, por isso, é o poder de “fazer viver”, o poder de fazer um grupo viver. E é por meio do biopoder que se produz o saber necessário para assegurar a existência de um grupo.

Já o poder simbólico é um poder invisível; e para descobri-lo é necessário saber onde ele é mais ignorado, onde se deixa ver menos, é aí que ele é reconhecido. Ele só pode ser exercido com a cumplicidade dos que não querem saber que a ele estão sujeitos ou que lhe exercem e utiliza frases de efeito para a reprodução da ordem social.

Em se tratando do discurso dessa professora, podemos entender que seu discurso terá que ser refinado, pois muitos conhecimentos vêm sendo produzidos por pesquisadores para combater o poder da branquidade, para combater a ideia da “democracia racial”; e essa professora terá que usar outros argumentos para defender tais ideias, terá que defendê-las, talvez, de uma forma menos explícita, de um modo mais “cordial”.

### **13. Os negros, diferentes de nós italianos, são uns incompetentes.**

Essa questão me fez recordar os constrangimentos que passávamos quando crianças. Sempre que a professora referia-se aos negros na história, ela remontava apenas e somente ao período da escravização negra no Brasil. E aparecia nos livros aquela mesma imagem de uma pessoa negra e escravizada sendo açoitada no pelourinho.

Nem passava em minha imaginação como que os africanos viviam na África antes de virem ao Brasil como escravizados. Era como se tudo o que acontecera anteriormente a escravização negra nas Américas simplesmente tivesse perdido toda a sua importância, pois só precisávamos saber que os povos africanos vieram ao Brasil para serem escravos e isso era tudo.

Não havia nenhuma humanidade naqueles relatos históricos e nunca se ouvia a voz de um negro. Era sempre a voz do colonizador que ouvíamos através da reprodução das ideias contidas nos livros, que fielmente eram transmitidas pela professora. Sem nenhuma crítica, sem nenhuma intervenção, apenas relatando os fatos que nós, segundo eles, precisávamos saber.

Então, ser negro era ser escravo e só. Naqueles momentos ninguém fazia brincadeiras, ninguém ria...e olha que ríamos de tudo! Mas nenhuma criança ousava rir daquela figura de uma bunda preta sendo açoitada. Pena? Dó? Assombro? No meu caso, era nada disso. Apenas constrangimento. Todos fingiam que não estavam vendo.

Ninguém queria se identificar com aquela imagem. Como que dizendo: esses são os negros? Então, não me chame de negro.

Hoje percebo que não precisava estudar para se falar sobre os negros no Brasil - bastava dizer que vieram para cá como escravos. Como eles viviam antes de vir ao Brasil, como eram suas culturas, suas crenças religiosas, suas visões de mundo... nada disso sabíamos. Nem mesmo sabíamos quais eram nossas características herdadas das culturas africanas. Sabíamos nada que nos fizesse sentir orgulho de sermos descendentes de povos africanos. E por que recordei essa época?

Recordei essa época porque a monitora que me inspirou a construir essa questão comportava-se exatamente igual àquelas professoras no ensino primário. A diferença é que já havia passado alguns anos e que o constrangimento cedeu lugar à vontade de conhecer mais a nossa história e começar a contá-la de modo a fazer justiça a um continente que muito ofereceu e oferece para a construção da história da humanidade.

E sobre essa questão,

O professor Alexandre do Nascimento entende que a fala da monitora reflete o que costumamos ouvir desde sempre; aquela ideia de que o negro não é esforçado, que não se preocupa com a educação e que eram trabalhadores menos qualificados, e todas as outras ideias enraizadas e que já há muito comprovadas preconceituosas. Nas palavras do professor Alexandre: “Acho que a monitora está reproduzindo o que aprendeu a vida toda. A ideia de que os imigrantes vieram porque os negros depois da escravidão não queriam trabalhar, ou que os imigrantes eram mão de obra qualificada”.

Segundo Andrews, em seu livro “Branco e negro em São Paulo(1888-1988)”, esse argumento de maior preparo dos imigrantes e incapacidade dos negros não se sustenta. Para esse autor, existiu um vínculo entre o racismo institucional e a política estatal. Ele encontrou evidências entre o governo estadual de São Paulo e os proprietários rurais para promover o crescimento econômico, subsidiar a imigração europeia e impedir o desenvolvimento profissional entre os afro-brasileiros. E o professor Alexandre nos diz sobre o tratamento diferenciado dado aos brasileiros:

*“A frente negra reclamava que o governo dava muito mais incentivos aos imigrantes italianos do que aos trabalhadores brasileiros”.*

Segundo Andrews, os donos de terras não queriam trabalhar com os brasileiros, pois diziam que estes eram vadios. Criando assim a justificativa para a criação de um fundo para custear a vinda de imigrantes. E o governo de São Paulo subsidiava a vinda desses imigrantes. Andrews constata que, na imigração europeia e no tratamento diferenciado dado aos imigrantes em prejuízo dos afro-brasileiros, pode-se observar um forte dirigismo e intervenção estatal. E de acordo com essa visão, o professor Alexandre constata que:

*“Os africanos e afrodescendentes não tiveram oportunidade nenhuma - o Brasil fez a abolição sem nenhuma política de inclusão. A política de ação afirmativa deveria ter sido feita naquele momento”.*

O professor Alexandre enfatiza que os imigrantes conseguiram estabelecer outras relações, que não eram relação de escravidão. Os imigrantes conseguiram fazer poupança. Já os escravos e ex-escravos também faziam poupança, mas em caso de morte, o recurso ficava com o seu senhor. E que além desses pontos, os imigrantes conseguiram ficar com suas famílias e receberam incentivos aqui no Brasil.

E podemos concluir que infelizmente o tratamento dado aos negros recém saídos da escravidão solidificou as desigualdades raciais no Brasil, pois além de ter feito a abolição sem nenhuma política de ação afirmativa ainda houve uma campanha para europeizar o Brasil, com o intuito de substituir a herança racial africana pela europeia, enraizando cada vez mais as imensas desigualdades entre pretos e brancos. Mas parece que o Brasil prefere esquecer desses fatos.

O professor Ahyas Siss não nos deixa esquecer esse esquecimento, ele nos diz que:

A nossa história é transmitida pelos professores para que seja possível a construção de uma ideia de nação brasileira e que, para que haja essa construção, muitos fatos são omitidos e/ou esquecidos a fim de que a ideia de Brasil seja criada com “sucesso”. Assim, o professor Ahyas questiona,

Onde está dizendo que os negros foram reduzidos à condição de escravizados, que os indígenas foram estuprados, saqueados, mortos... e onde está dizendo aí o sujeito que fez tudo isso? Isso é algo que nós devemos esquecer, senão, você não tem Brasil. E essa é a história que os professores passam, uma história homogeneizada.

Segundo Benedict Anderson(2008) - em seu livro “Comunidades Imaginadas” - as nações são inventadas e possuem uma legitimidade emocional profunda. A invenção da nação consiste em buscar naturalidade num passado que, muitas vezes, é recente e que não passa de uma seleção, na maioria das vezes consciente.

Ainda de acordo com Anderson, a comunidade imaginada é uma ideia de tempo vazio e homogêneo. Através da museologia, edifícios se transformaram em monumentos; histórias que eram particulares se transformaram em nacionais; datas foram tomadas como eventos; passagens rápidas foram transformadas em um marco para a construção da nação.

E com a língua acontece da mesma forma, pois o nacionalismo capta as esperanças, anseios e preconceitos nascidos no meio da vida social. E esses anseios e desejos são facilitados pela escrita, através dos romances e jornais, por isso, a importância de se ter uma língua única capaz de passar a sensação de comunhão entre pessoas que nunca se viram e que vivem de formas completamente diferentes.

Assim, podemos concluir que os símbolos são eficientes para a construção da ideia de nação, pois passam a ilusão de que a língua e a história são algo natural e essencial. O professor Ahyas conta-nos como começou a ideia do que é o Brasil,

Em mil novecentos e vinte e dois, na semana de arte moderna, que começa-se a publicizar a ideia do que é o Brasil. É lá que nasce o mito de Macunaíma. Quem é Macunaíma? É um índio, preto, filho do medo da noite. E a noite é preta. E ele mergulha numa poça d'água e sai do outro lado loiro dos olhos azuis. Inventou-se o povo brasileiro, ou seja, mistura, segundo eles, de pretos, indígenas, mas no vértice superior dessa pirâmide, o branco, que é quem

imagina e coloca o projeto de construção do Brasil em andamento. Porque era ele quem tinha recursos, não era o negro recém saído da escravidão.

Dito isso, podemos entender como que a ideia de Brasil foi construída e como que essa construção possibilitou o aumento das desigualdades e do racismo institucional, e o professor Ahyas ainda afirma que: “O país é racista porque suas instituições são racistas: a escola é racista, a igreja é racista... essas instituições que nós temos são perversas demais para os negros”.

E exemplo disso é a nossa educação pública onde estuda a maior parte da população pobre e negra e onde podemos constatar que os serviços são negligenciados; com falta de estrutura, de professores e de condições para que o trabalho seja realizado com eficiência. A nossa saúde pública não está melhor – onde também é atendida a maior parte da população pobre e negra. E sem falar nas instituições que formam nossa segurança pública em que os policiais são treinados para enxergar na população negra os seus “suspeitos” e, conseqüentemente, seus alvos. E fazem isso muito bem pois várias pesquisas comprovam que jovens negros do sexo masculino são as maiores vítimas de assassinatos pela polícia no Brasil.

Mas sejamos sinceros, concordamos que nossas instituições são racistas mas nem por isso desejamos tirar a responsabilidade individual daquele e daquela que pratica tais atos; entendemos que o médico pode sim atender bem à gestante negra que procura os postos de saúde públicos; que o policial pode ter um olhar mais humanizado para com os negros e moradores das periferias e que os professores podem refletir e buscar se instruir para não mais passar uma visão estereotipada sobre a história e cultura da África e dos afro-brasileiros.

Assim, o importante é que cada um assuma sua responsabilidade para que possamos ter um país mais justo e democrático onde todos e todas possam desenvolver suas potencialidades e contribuir em prol da sociedade. É importante que lutemos contra a reprodução de atos racistas que se repetem cotidianamente e que possamos desejar uma sociedade mais igualitária.

Portanto, uma pessoa que não tem acesso à saúde, educação, moradia e vive em condições de desumanidade vai devolver o que à sociedade? E o que essa sociedade racista quer dos negros, apenas deixá-los morrer e culpá-los por suas mazelas?

#### **14. Racismo, a quem cabe o debate?**

Essa questão sempre me deixava pensativa. Via pessoas não negras defendendo a democracia e lutando contra as desigualdades raciais, mas confesso que suas falas chegavam a mim e me causavam certo questionamento. Pensava o seguinte: eu sei que você também é contra as discriminações raciais e as desigualdades decorrentes delas, mas você não sabe como me sinto, apenas imagina.

O questionamento advinha de minha percepção. Percebia que pessoas não negras recebiam mais crédito ao falar sobre o assunto. Era como se elas - por não estar vivendo aquilo na pele, literalmente falando, por não ter a pele preta, e por não ser discriminado por isso - ou seja, por ter um distanciamento maior, pudessem falar sobre a questão com maior imparcialidade.

Essas pessoas não negras tratavam o assunto de maneira lógica, racional. Enquanto, nós, negros, tratávamos de forma eloquente, cheio de emoção. Isso sem dúvidas era um ponto desfavorável a nós num ambiente em que se valoriza a abstração racional. A questão que se colocava para mim era a seguinte: Por que o discurso de uma pessoa que passa por uma situação, que no caso é o preconceito e a discriminação racial, parece ter menos valor do que se esse mesmo discurso for dito de outra forma por uma pessoa não negra?

E pensava: que bom que tem alguém falando sobre isso, independentemente da cor de sua pele e de seu pertencimento étnico - mas será que terei que ouvir somente esse ponto de vista? Entendia a importância da união de todos para combater esse problema, mas sentia por não ver os negros sendo ouvidos em suas experiências, em suas subjetividades; queria ver a subjetividade do negro sendo valorizada ao tratar essa questão.

E as conversas com nossos entrevistados sobre essa questão foram bastante esclarecedoras para que pudéssemos entender a necessidade da união de todas as subjetividades nesse debate. Entendemos que as sensibilidades são diferentes, mas que não é justo deixar o negro de fora - logo ele que passa pela experiência - e ainda dizer que é esse o motivo pelo qual ele estará de fora; do mesmo modo que não é justo tirar os não negros desse debate usando um argumento parecido - de que eles não passam pela experiência.

Assim, entendemos que o argumento da experiência é falho tanto para um lado tanto para o outro. Entendemos que as subjetividades levam a pontos de vista diferentes

e que todos esses pontos de vista são importantes para entender e combater esse problema que há tanto persiste no Brasil.

E de acordo com o professor Alexandre do Nascimento:

As relações raciais são um tema da sociedade brasileira, não são um tema dos negros - são um tema para toda a sociedade discutir. Mas existem sensibilidades diferentes, pontos de vista diferentes. O que tem muito no Brasil é dizer que o negro não pode dizer sobre isso; essa postura de desconsiderar a experiência, de desqualificar a experiência. Na universidade, a meu ver, chega a enjoar esse tipo de postura; é um discurso que ajuda a reproduzir o racismo. É a experiência que institui. A teoria não institui nada. O conceito não institui nada. É o fazer que institui.

Aqui, parece-nos que trata-se de uma questão de oposição entre objetivo e subjetivo. E nessa dicotomia, quem sai perdendo é o debate, é a luta. Opor um tipo de conhecimento a outro não nos parece um meio ou uma forma para resolver a questão, nos parece mais uma estratégia para enfraquecer o debate. Ora, que tipo de argumento é esse que se apoia em dizer que a pessoa que passa por uma determinada situação tem menos condições de descrever objetivamente o problema?

Então um mendigo não consegue descrever objetivamente o frio que sente quando está numa madrugada fria; uma pessoa homossexual não consegue descrever objetivamente a dor que sente ao ser agredido nas ruas por pessoas preconceituosas e intolerantes; e a mulher não consegue descrever objetivamente a violência que sofre numa sociedade sexista e machista?

Entendemos que o mendigo poderá descrever não só o frio que sente e na intensidade que sente como também poderá descrever o frio da solidão; que o homossexual poderá descrever a dor da agressão e o que sente ao ser discriminado; e que a mulher poderá descrever as injustiças que passa e seu sentimento ao passar por tais injustiças.

No mínimo esse tipo de argumento é incoerente, pois a pessoa que passa pela experiência tanto tem condições de descrever a questão objetivamente quanto a tem de descrever tal questão em sua subjetividade, ou seja, essa pessoa pode falar de um lugar que somente ela e outras pessoas que vivem ou viveram a experiência conseguem falar e ela também pode descrever essa experiência de forma objetiva. De acordo com Thomas Nagel(1974):

Não me refiro aqui à suposta privacidade da experiência para quem a possui. O ponto de vista em questão não é um [ponto de vista] que apenas um único indivíduo tem acesso. Ao invés disso, trata-se de um tipo. Frequentemente, é possível adotar um ponto de vista diferente do nosso próprio; logo a compreensão de tais fatos não é limitada ao caso da própria pessoa. Há um sentido no qual os fatos fenomenológicos [phenomenological facts] são perfeitamente objetivos: uma pessoa pode conhecer ou falar sobre a qualidade das experiências do outro. Elas são subjetivas, no entanto, no sentido em que mesmo essa atribuição objetiva de experiência só é possível para alguém suficientemente similar ao objeto da atribuição para estar apto a adotar o seu ponto de vista, para compreender a atribuição na primeira pessoa tão bem quanto na terceira, por assim dizer. Quanto mais diferente de nós for o outro sujeito de experiência [experierer], menos sucesso se pode esperar desse empreendimento.

Segundo Nagel, não é possível garantir que a sensação existente em mim seja exatamente igual à mesma sensação existente em uma outra pessoa, pois não é possível que eu saiba como o outro sente o frio, a dor, etc. Eu posso descrever passo-a-passo tudo o que sinto e uma outra pessoa sentir as mesmas sensações que eu, exatamente iguais. Mas o que vai garantir que a qualidade da dor e do frio será a mesma em mim e nessa outra pessoa?

Assim, a relação de correspondência entre mente e corpo vai estabelecer a correspondência entre ambos, mas não vai poder afirmar que a mesma dor que uma pessoa sente, será sentida igual em outra pessoa, ou seja, eu não posso saber se a dor que eu sinto é igual à dor que uma outra pessoa sente, para isso, eu teria que ser essa outra pessoa, só assim saberia a qualidade ou intensidade, só assim saberia o que ela sente.

Dessa forma, mesmo os sujeitos que vivem as mesmas experiências objetivas não sabem se o outro sente com a mesma qualidade e intensidade que eles. Cada um sentirá de acordo com suas vivências e visões particulares. Mesmo os negros que passam pela experiência do racismo não podem saber como os outros negros que passam pela mesma experiência sentem. Eles apenas podem imaginar, por ser sujeitos parecidos e por viver experiências parecidas. E ainda segundo Nagel:

No nosso próprio caso, ocupamos o ponto de vista relevante, mas teremos tanta dificuldade em compreender apropriadamente a nossa própria experiência se a abordarmos a partir de um outro ponto de vista, quanto teríamos se tentássemos compreender a experiência de uma outra espécie sem que adotássemos o seu ponto de vista.

Assim, é fundamental que tentemos nos colocar no lugar do outro e adotemos o ponto de vista do outro a fim de que haja uma compreensão do todo e que possamos

respeitar os diversos pontos de vista, pois que somente o outro sabe o que ele próprio sente e para combatermos o racismo é necessário que toda a sociedade brasileira esteja empenhada nesse intento. E de acordo com isso,

O professor Otair Fernandes nos diz que:

O combate ao racismo é uma questão de toda a sociedade brasileira. Associado também ao combate ao machismo, ao combate à homofobia, ou seja, são efeitos negativos da estrutura social brasileira. O racismo institucional é uma questão que está sendo discutida, que não é apenas uma pessoa que o pratica, mas toda uma instituição, conjunto de normas e regras que conduzem e padronizam o comportamento social. Então, ele é um objeto de reflexão e de luta de toda a sociedade brasileira. O Brasil não será o Brasil que esperamos que ele seja sem passar a limpo a questão do racismo em todas as suas dimensões; então, é uma questão social da mais alta relevância.

De acordo com as palavras do professor Otair, “o debate cabe a toda a sociedade brasileira”, pois é um efeito negativo da estrutura social brasileira, e portanto, deve ser tratado com seriedade por toda a sociedade. Mas infelizmente nossas elites fingem esquecer disso dissimulando e tentando jogar o problema para as costas de quem sofre suas consequências, a dizer, os negros.

Assim, entendemos que enquanto o Brasil não se responsabilizar pelos problemas de desigualdades e discriminações raciais nosso país não poderá avançar, pois como melhorar os índices sociais se uma grande parte de sua população sofre diversas formas de racismo, entre elas, o racismo institucional?

O professor Otair ressalta que: “O debate cabe a toda sociedade brasileira. Não é uma questão do negro, por isso a dificuldade das nossas elites de não entender isso como um problema brasileiro; muitos procuram isolar o racismo na questão do negro”. Essa fala do professor Otair revela o pensamento do brasileiro quando o assunto são as relações raciais. É como se as desigualdades não dissessem respeito a todos nós, é como se esse problema tivesse sido criado pelos negros. É como se quisessem esquecer que os preconceitos e as discriminações raciais foram sendo construídos nas relações sociais e que, sendo assim, o racismo é um problema de toda a nossa sociedade e diz respeito a todos nós.

Um bom exemplo disso é quando vai se falar da lei 10639/03 nas escolas. Professores negros relatam que sempre são eles os designados a fazer essa tarefa, como se esse fosse um problema deles e que, portanto, tivesse que ser resolvido por eles. E as

festas do dia da consciência negra também são os professores negros que costumam desenvolver as atividades. Mas a lei é para ser trabalhada por todos os professores, de qualquer cor ou credo!

E ainda falando sobre os credos, as questões ligadas às religiões de matrizes africanas, de acordo com relatos de professores, também são muito difíceis de serem trabalhadas nas escolas, falar sobre qualquer dogma cristão está dentro da normalidade, mas falar sobre religiões de origem africana é mais complicado porque, em nossa sociedade, o negro é o outro, e por isso, ocorre uma total separação quando o assunto são os negros e suas culturas.

Assim, segundo essa visão, tudo isso é um problema do negro. Como se tivesse sido o negro a criar esse problema e que agora tivesse ele - o negro, sozinho - que livrar-se do problema que é exclusivamente seu ou arcar com as consequências do mesmo.

Na verdade, esse é um problema de todos os que participam da sociedade e não só do negro. E terá que ser resolvido por todos e não só pelo negro. Parece simples; porém, para muitos daqueles que sempre foram privilegiados por essa equação fazer essa conta dá inquietação e intranquilidade; e por que não dizer, insônia.

Assim, o professor Ahyas nos diz:

Acredito que a discriminação racial antinegro deve ser discutida por todos os envolvidos nesse processo: os que produzem, os que reproduzem e os que ressignificam, ou seja, por toda a sociedade. É óbvio que quando aquele que está submetido à questão discursiva, ele não tem mais legitimidade do que o outro, todos são sujeitos legítimos desse discurso, mas tem mais propriedade. Quem nunca sofreu as consequências da discriminação racial antinegro na pele, as suas experiências - o que o constrói como sujeito - não inclui ter passado por essas situações vexatórias e que são limites na vida, ou seja, eliminar o outro enquanto pessoa, a gente faz isso fisicamente ou não. Sendo assim, todos têm que estar envolvidos nessa discussão, tem que descolonizar imaginários negros, brancos, indígenas e outros mais. Porque se o racismo é produzido nas relações raciais, tirar o negro dessas relações é brincadeira, tirar o branco das relações é brincadeira.

Podemos perceber que a questão não é saber quem tem ou não legitimidade para falar sobre o racismo antinegro, pois todos são sujeitos legítimos de seus discursos. A questão é reconhecer que o negro terá mais propriedade para falar sobre isso, pois vive o racismo na pele.

A questão é respeitar os saberes e experiências do outro para que possamos buscar soluções. Não adianta dizer que um saber é superior ao outro. Isso estará apenas agravando o problema pois separa os grupos e nos desvia do nosso foco e real problema: o de buscar reflexões e soluções para as discriminações e desigualdades raciais.

E ressaltamos a importância de entender que um outro ponto de vista não significa hierarquia, mas sim saberes diferentes. E que quando pessoas com experiências e saberes diferentes se reúnem, resulta em formas diferentes de ver um mesmo problema, e isso é algo que só enriquece o debate.

### **15. Quem é negro? Uma questão de identidade**

Essa questão me deixou meio confusa, pois eram muitos os conceitos a respeito disso que eu desconhecia. Eu enxergava o conceito de negro apenas sob a visão do movimento negro - para o movimento negro, a junção de pretos e pardos constitui os negros – e eu não fazia uma reflexão mais refinada sobre essa questão.

Então pensei: certamente as pessoas que se declararem negras serão as pessoas que têm a pele preta ou parda. Mas uma professora de pele branca rompeu com essa minha lógica ao se declarar negra. Fiquei admirada pois havia perguntado como ela se declara de acordo com as categorias de cor do IBGE, que são: branca, preta, parda, amarela e indígena. Ela simplesmente respondeu que se identifica como negra.

Essa professora desconsiderou ou dispensou pouca relevância a questão cor de pele, pois para a mesma, o mais importante para que viesse a se identificar como negra seria a questão cultural, como: a religiosidade, os gostos estéticos ao se vestir e os gostos que sempre vivenciou no ambiente familiar - pois seus pais se identificavam muito com a cultura africana e afro-brasileira, mesmo sendo de pele branca.

E ali, fui percebendo o verdadeiro sentido da palavra projeto. Entendi que projeto é algo que está em construção. E essa professora me fez desviar os rumos da caminhada, me fez construir outras indagações e entender que jamais poderia saber onde chegaria, pois no momento em que comecei a dialogar com o outro aí não teria mais controle de nada, o máximo que poderia fazer é arrumar do nosso jeito.

Inicialmente, eu queria apenas saber como e porque uma pessoa preta ou parda começa a se identificar como negra, mas as respostas que recebi me levaram para caminhos bem diferentes, me fez seguir construindo nosso projeto, me fez entender que ele ganhava vida e que já não estava mais em minhas mãos. Vi que eu teria que deixa-lo crescer e me arrancar de minha zona de conforto.

Na verdade, discutir essa questão foi muito mais um momento de reflexão e aprendizado do que qualquer outra coisa. Já havia feito leituras sobre a questão da identidade, mas dialogar com nossos entrevistados foi muito mais do que discutir um conceito abstrato, foi dar vida às experiências, foi considerar outros pontos de vista e buscar o novo, foi entender o verdadeiro sentido da palavra projeto.

Assim, O professor Ahyas Siss diz,

Afrodescendentes são todas as pessoas porque, se é verdade que a vida surgiu na África, então somos todos e todas afrodescendentes. Agora negros, diz respeito à construção social da raça ideológica. Aí estão todos e todas aqueles e aquelas que compreendem que estão na mesma posição social subalternizada (status negativo) de quem possui evidente quantidade de melanina na pele, ou outros sinais diacríticos como cabelo lanudo, crespo, anelado, ou lábios grossos, ou nádegas mais fartas, ou nariz mais achatados.

Ou seja, se a vida surgiu na África, todos e todas somos afrodescendentes. Assim, o que gera a discriminação racial não seria a origem de onde se vem mas sim a construção social da raça.

Dessa forma, negros são as pessoas que estão numa posição social subalternizada em que elas observam que um grupo de pessoas com características físicas semelhantes às delas também ocupam essa mesma posição social, em outras palavras, negros são as pessoas que têm determinadas características físicas e que ocupam uma posição subalterna na sociedade. E sobre a questão da identidade, o professor Ahyas diz:

Eu até às vezes digo que sou negro, nem sempre, porque tornou-se jargão, palavra comum, ou seja, não quer dizer nada. Mas sempre que eu posso, nos meus estudos, eu trabalho com a categoria afro-brasileiros, ou seja,

descendentes de africanos, da diáspora negra que se espalharam pelo mundo. Então, eu sou filho dessa diáspora nascido no Brasil, ou seja, eu tenho referências e valores afrodiaspóricos.

O professor Ahyas explica que quando se diz negro, torna-se essência. Ele cunha as seguintes questões: será que os problemas enfrentados pelos negros norte-americanos são os mesmos problemas enfrentados pelos negros brasileiros? Será que as culturas negras no Caribe são idênticas às culturas negras no Brasil? E será que os sujeitos que as produzem também enfrentam problemas idênticos? O professor Ahyas responde que não.

Ele explica que temos sim a ver com a luta dos afro-americanos, afro-jamaicanos e com os demais afrodiaspóricos nascidos em outros países; porém, não nos reduzimos a eles, pois temos nossas especificidades e questões e temos que dar conta delas.

Assim, o professor Ahyas prefere particularizar essa condição dizendo que “sou descendente da diáspora africana, mas nascido no Brasil” e afirma que tem questões emergentes e emergenciais para resolver aqui. Dessa forma, o professor Ahyas mostra-se contrário à ideia de essência que homogênea. Assim, ele diz: “Quando eu falo etnia, estou entrando não pelo lado físico, mas estou entrando pelo lado da cultura, o que não quer dizer que um exclua o outro. Preto é cor, agora, etnia é construção identitária”. E sobre isso, Maria Alice Resende Gonçalves(2011), em seu texto “Sobre etnicidade, grupo étnico e cultura afro-brasileira no sistema de ensino brasileiro”, diz que:

O fenômeno da etnicidade tem um significado social, está mais ligado ao sentimento, à cultura, à socialização, ao interesse de um grupo étnico do que um conceito de raça. Diferentes características como a origem, religião, raça ou região podem distinguir um grupo étnico do outro. Tais características étnicas são totalmente aprendidas na socialização. Não há nada de nato na etnicidade é um fenômeno puramente social. Os grupos étnicos constroem os marcadores que os diferem dos outros grupos de uma mesma sociedade. A raça é reconhecida, pelo próprio grupo e pelos demais, como um aspecto diacrítico para a manutenção de fronteiras entre os afro-brasileiros e os outros. Em geral, a etnicidade está, com maior frequência, associada a grupos minoritários dentro de uma população. E, os grupos étnicos, em geral, são considerados minorias e a etnicidade os instrumentaliza. No caso dos afro-brasileiros, a vinculação primordial com a África e a raça são marcadores da identidade negra/afro-brasileira. Neste sentido, os afro-brasileiros são nacionais diferentes, ou seja, dada as desigualdades raciais estes não usufruem os plenos direitos civis.

E sobre autodeclaração e direitos, o professor Ahyas nos diz:

Se eu trabalho numa perspectiva mais democratizante, eu não posso tirar ao outro o direito dele se identificar. Se ele se autoidentifica como negro, vai ser negro. Agora, se eu for criar políticas públicas para beneficiar os grupos marginalizados por causa da sua cor e raça, aí eu vou fazer uma política pública voltada para aqueles que têm a cor da interdição de seus direitos, que é a cor preta, seja ele negro ou não. Tem uma política de cotas para almoçar num restaurante. Tem um prato de comida apenas. E chega um branco e um preto querendo comer e ambos são negros. Quem vai comer aquele prato? Quem tiver a cor preta vai comer primeiro, depois que o último que tiver a cor preta comer, vem o que tiver a cor mais clara. É uma questão política e não uma questão cromática apenas. É aqueles a quem a luz do sol foi negada. Aí não dá para brincar com direitos.

De acordo com o que foi dito, podemos concluir que a identificação como negro está ligado mais a um sentimento de pertença do que a cor de pele desse indivíduo. Porém, ser negro de pele branca ou ser negro de pele preta são coisas diferentes, pois segundo as palavras do professor Ahyas, a cor preta é a cor da interdição.

Assim, ter a pele preta é a questão da interdição, pois uma pessoa de cor branca sofrerá preconceitos somente se ela, por exemplo, estiver vestida com uma indumentária que denote que ela seja adepta de uma religião afro-brasileira ou quaisquer outros indícios que a identifique com a cultura afro-brasileira. Porém, assim que ela retirar a indumentária, voltará a possuir privilégios por conta de sua cor.

Inclusive, a historicidade de uma pessoa que se autodeclara negra e que tem a pele branca possivelmente será outra daquela pessoa que se autodeclara negra e que tem a pele preta. Nesse aspecto podemos apontar diferenças históricas.

E por fim, de acordo com nossos entrevistados, podemos concluir que a autodeclaração é a melhor forma de saber como uma pessoa se sente, e nada melhor do que a própria para responder isso; no entanto, quando se trata dos direitos, haverá uma distinção entre pretos e brancos que se autodeclaram negros, pois os brancos não possuem a cor da interdição, logo, não sofrem exclusão social por conta de sua cor.

A esse respeito, o ministro Ricardo Lewandowski, utilizou os estudos de Daniela IKawa para decidir sobre a constitucionalidade da heteroidentificação (identificação por terceiros) no caso sobre a decisão sobre a constitucionalidade das ações afirmativas na UnB, que diz o seguinte:

A identificação deve ocorrer primariamente pelo próprio indivíduo, no intuito de evitar identificações externas voltadas à discriminação negativa e de fortalecer o reconhecimento da diferença. Contudo, tendo em vista o grau mediano de mestiçagem (por fenótipo) e as incertezas por ela geradas – há (...) um grau de consistência entre autoidentificação e identificação por terceiros no patamar de 79% -, essa identificação não precisa ser feita exclusivamente pelo próprio indivíduo. Para se coibir possíveis fraudes na identificação no que se refere à obtenção de benefícios e no intuito de delinear o direito à redistribuição da forma mais estreita possível (...), alguns mecanismos adicionais podem ser utilizados como: (1) a elaboração de formulários com múltiplas questões sobre a raça (para se averiguar a coerência da autoclassificação); (2) o requerimento de declarações assinadas; (3) o uso de entrevistas (...); (4) a exigência de fotos; e (5) a formação de comitês posteriores à autoidentificação pelo candidato. A possibilidade de seleção por comitês é a alternativa mais controversa das apresentadas (...). Essa classificação pode ser aceita respeitadas as seguintes condições: (a) a classificação pelo comitê deve ser feita posteriormente à autoidentificação do candidato como negro (preto ou pardo), para se coibir a predominância de uma classificação por terceiros; (b) o julgamento deve ser realizado por fenótipo e não por ascendência; (c) o grupo de candidatos a concorrer por vagas separadas deve ser composto por todos os que se tiverem classificado por uma banca também (por foto ou entrevista) como pardos ou pretos, nas combinações: pardo-pardo, pardo-preto ou preto-preto; (d) o comitê deve ser composto tomando-se em consideração a diversidade de raça, de classe econômica, de orientação sexual e de gênero e deve ter mandatos curtos.<sup>8</sup>

E Lewandowski concluiu que: “Tanto a autoidentificação, quanto a heteroidentificação, ou ambos os sistemas de seleção combinados, desde que observem, o tanto quanto possível, os critérios acima explicitados e jamais deixem de respeitar a dignidade pessoal dos candidatos, são, a meu ver, plenamente aceitáveis do ponto de vista constitucional” (pág. 39).

Assim, a autodeclaração é a forma utilizada pelo IBGE em suas pesquisas para conhecer a cor ou raça da população, mas segundo o ministro, a heteroidentificação também é constitucional e também poderá ser utilizada, como por exemplo, no caso das ações afirmativas, como o sistema de cotas nas universidades públicas.

---

<sup>8</sup> IKAWA, Daniela. Ações Afirmativas em Universidades, cit. pp. 129-130.

## **Considerações finais**

Confesso que imaginei que teríamos muitas conclusões no final dessa etapa de pesquisas, mas foi só imaginação. A realidade foi que aprendi bastante, que desfiz muitas certezas, mas que como já disse, concluí pouco ou quase nada. Minto! Concluí que aumentei mais minhas questões. Que onde tinha certezas, agora tenho questões. E onde tinha questões, tenho mais questões ainda.

Entrevistamos três intelectuais para discutir sobre as questões relacionadas a educação e relações étnico- raciais. Através dessas conversas/entrevistas, várias outras opções ou um leque de outras opções se abriram que não somente as mesmas explicações de sempre. Pude conhecer o ponto de vista de pessoas que se dedicam a estudar o assunto, e mais do que isso, o ponto de vista de pessoas que vivem o racismo na pele.

## **Mais de minha ignorância**

No trecho da entrevista feita com o professor Ahyas Siss surgiu uma indagação a respeito da questão da identidade:

Se eu trabalho numa perspectiva mais democratizante, eu não posso tirar ao outro o direito dele se identificar. Se ele se autoidentifica como negro, vai ser negro. Agora, se eu for criar políticas públicas para beneficiar os grupos marginalizados por causa da sua cor e raça, aí eu vou fazer uma política pública voltada para aqueles que têm a cor da interdição de seus direitos, que é a cor preta, seja ele negro ou não. Tem uma política de cotas para almoçar num restaurante. Tem um prato de comida apenas. E chega um branco e um preto querendo comer e ambos são negros. Quem vai comer aquele prato? Quem tiver a cor preta vai comer primeiro, depois que o último que tiver a cor preta comer, vem o que tiver a cor mais clara. É uma questão política e não uma questão cromática apenas. É aqueles a quem a luz do sol foi negada. Aí não dá para brincar com direitos.

Gostaria de saber o que há no espaço entre uma pessoa se autodeclarar negra e ela possuir ou não direitos à reserva de cotas ou direitos a qualquer outra ação afirmativa. Sabemos que esse espaço é a cor da pele. Existe sim o lado positivo de haver cada vez mais pessoas de pele branca se autodeclarando negras, mas qual será o lado negativo disso, caso haja?

Sovik (2004) faz uma ironia e usa a dançarina Carla Perez para dar um exemplo: na televisão até os negros são brancos. As figuras de destaque no carnaval do Rio de Janeiro, tanto nos carros alegóricos quanto nos postos de rainha da bateria costumam ser loiras. E muitas vezes elas têm aulas com as mulheres da comunidade para aprenderem a sambar.

Será que cada vez mais pessoas com pele branca se autodeclarando negras poderia acarretar também uma consequência negativa, além da consequência positiva de haver mais pessoas valorizando a cultura afro-brasileira e africana? Será que poderia aumentar consideravelmente as situações em que essa cultura seria representada quase que exclusivamente por pessoas de pele branca nas grandes mídias?

### **Negro intelectual**

Veremos a seguir, algumas frases ditas por nossos entrevistados sobre a influência do movimento negro em suas vidas.

O professor Otair nos diz: “Quando entrei para a faculdade, eu já era do movimento social, então, para mim, não era novidade, pois já sabia desde o início que estava numa luta”.

O professor Alexandre relata a luta que foi para conseguir registrar seu filho com um nome africano e diz que o movimento negro o ajudou para que pudesse ter uma consciência sobre o racismo: “Ali eu fiz a minha primeira reação consciente contra o racismo”.

As frases acima nos remetem ao conceito de negro intelectual cunhado por Sales: De acordo com Sales (2011, p.17), está surgindo no Brasil uma nova categoria de intelectuais: os(as) negros(as) intelectuais. Ele explica que negros(as) intelectuais são os(as) acadêmicos(as) com marcadores de ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos movimentos sociais e expressam isso ao realizar seus trabalhos acadêmicos.

As frases referem-se aos relatos dos nossos entrevistados ao contar sobre a importância da militância em suas vidas para que tomassem consciência da realidade em

que viviam, das discriminações raciais existente em nossa sociedade e para que pudessem sentir-se capazes para enfrentar isso.

### **A questão da sensibilidade**

Sobre a questão da sensibilidade, nossos entrevistados concordam que os pontos de vista sobre a questão racial poderão ser diferenciados dependendo da perspectiva de quem fala. O professor Otair nos diz:

Quem pratica o racismo não sente que está sendo racista, devido a naturalização. Agora, quem sente é que percebe se há o racismo ou não. Então, obviamente, a percepção passa a ser um elemento fundamental. Por isso que a gente se sente, quando olha o outro, inferiorizado, feio, aquela coisa de que ali não é o seu lugar. Tudo isso vem de uma percepção em que desde cedo fomos vítimas do racismo no seu plano ideológico.

O professor Alexandre acrescenta dizendo, que: “É um tipo de sensibilidade diferente: ou você é uma pessoa muito interessada nessa temática ou você é uma pessoa que vive o problema”.

E o professor Ahyas diz: “É óbvio que quando aquele que está submetido à questão discursiva, ele não tem mais legitimidade do que o outro, todos são sujeitos legítimos desse discurso, mas tem mais propriedade”.

Assim, podemos entender que a forma como o negro vê o racismo existente em nossa sociedade passa por uma percepção que o não-negro ou aquele que não estuda essa questão pode não possuir, pois é algo que todos tentam esconder ou fingir que não existe, e quem não sente na pele ou não estuda essa temática pode acabar acreditando nesse discurso de que não existe racismo no Brasil.

A ideia de nação brasileira foi construída a partir de muitos esquecimentos e de seleções intencionais de fatos e acontecimentos, como já dissemos. Reproduzimos essas ideias de que no Brasil não existe racismo. E somente quem passa a experiência do racismo ou estuda a questão é que costuma ter um olhar diferenciado a esse problema. Os outros, muitas vezes, preferem continuar acreditando que o Brasil é um país mestiço, e que por isso, não há racismo aqui.

## **A questão estética**

A questão estética foi uma das mais citadas por nossos entrevistados, fazendo assim, referência ao poder da branquidade. E de acordo com as palavras do professor Otair:

Ser negro significava ser feio e estar em condições desfavoráveis. Minhas irmãs passavam pente-quente nos cabelos e meus cunhados passavam henê, e nós, que éramos crianças, queríamos passar também, pois o cabelo era o estereótipo de coisa ruim, de feio. Quem vai querer ser feio? Essa questão é a mais profunda.

E o professor Alexandre também conta-nos que existia muito constrangimento, sobretudo, por parte das mulheres da família por conta da estética de seus cabelos.

Assim, tanto na experiência do professor Otair, quando na experiência do professor Alexandre, podemos perceber a norma estética ditando as regras, principalmente no que diz respeito à aparência dos cabelos.

O poder da branquidade dita as normas. E tudo o que está fora dessas normas é o outro, é o que precisa se adequar para ser identificado com aqueles que desfrutam dos privilégios social, político e econômico, que no caso, é o branco.

## **A quem cabe falar sobre as relações raciais?**

Sobre essa questão, nossos entrevistados foram unânimes em dizer que todos devem discutir as questões étnico-raciais. E o professor Alexandre responde que:

As relações raciais são um tema da sociedade brasileira, não são um tema dos negros - são um tema para toda a sociedade discutir. Mas existem sensibilidades diferentes, pontos de vista diferentes. O que tem muito no Brasil é dizer que o negro não pode dizer sobre isso; essa postura de desconsiderar a experiência, de desqualificar a experiência. Na universidade, a meu ver, chega a enjoar esse tipo de postura; é um discurso que ajuda a reproduzir o racismo. É a experiência que institui. A teoria não institui nada. O conceito não institui nada. É o fazer que institui. Alexandre

O professor Ahyas acrescenta que as questões raciais devem ser discutidas por todos, pois todos estão envolvidos nesse processo:

Acredito que a discriminação racial antinegro deve ser discutida por todos os envolvidos nesse processo: os que produzem, os que reproduzem e os que ressignificam, ou seja, por toda a sociedade. É óbvio que quando aquele que está submetido à questão discursiva, ele não tem mais legitimidade do que o outro, todos são sujeitos legítimos desse discurso, mas tem mais propriedade. Quem nunca sofreu as consequências da discriminação racial antinegro na pele, as suas experiências - o que o constrói como sujeito - não inclui ter passado por essas situações vexatórias e que são limites na vida, ou seja, eliminar o outro enquanto pessoa, a gente faz isso fisicamente ou não. Sendo assim, todos têm que estar envolvidos nessa discussão, tem que descolonizar imaginários negros, brancos, indígenas e outros mais. Porque se o racismo é produzido nas relações raciais, tirar o negro dessas relações é brincadeira, tirar o branco das relações é brincadeira.

O professor Otair conclui dizendo que o combate ao racismo deve ser discutido por toda a sociedade brasileira associado ao combate às outras formas de preconceitos e discriminações. Ele afirma que o racismo é um efeito negativo da estrutura social brasileira, nas palavras do professor Otair:

O combate ao racismo é uma questão de toda a sociedade brasileira. Associado também ao combate ao machismo, ao combate à homofobia, ou seja, são efeitos negativos da estrutura social brasileira. O racismo institucional é uma questão que está sendo discutida, que não é apenas uma pessoa que o pratica, mas toda uma instituição, conjunto de normas e regras que conduzem e padronizam o comportamento social. Então, ele é um objeto de reflexão e de luta de toda a sociedade brasileira. O Brasil não será o Brasil que esperamos que ele seja sem passar a limpo a questão do racismo em todas as suas dimensões; então, é uma questão social da mais alta relevância.

Por fim, e pegando uma carona nessa última fala do professor Otair, podemos inferir que muitas são as pesquisas desenvolvidas no LEAFRO e que essas pesquisas são de total relevância para a sociedade, não somente para os/as negros e negras, mas para todos, pois de acordo com o que entendemos com o significado da palavra Ubuntu - só podemos ser felizes se as pessoas ao nosso redor também estiverem felizes - uma sociedade somente será feliz e sadia se todos puderem participar dos direitos e dos deveres, que nenhum grupo tenha privilégios. Porém, também observamos que as outras diversidades ainda são representadas em menor número dentro do laboratório, por exemplo, as pesquisas sobre as questões relacionadas às mulheres negras, aos homossexuais negros e negras e outras diversidades. Enfim, precisamos de mais diversidades para fortalecer mais ainda a luta e o debate.

Assim, podemos concluir que espaços como o LEAFRO representados nas figuras de seus integrantes são fundamentais para que, junto com as lutas do movimento negro e de outros movimentos sociais, possam contribuir para promover o fortalecimento da democracia e o respeito às diferenças na sociedade brasileira.

## Referências bibliográficas

- AMORIM, AMORIM. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru: Edusc, 1988.
- Arendt, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- Bakhtin, M. M. para uma filosofia do ato responsável. São Carlos: Pedro e & João Editores, 2010.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 419-441.
- GRAMSCI, Antonio, Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Coleção Perspectivas do Homem. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Impresso no Brasil 1982. Vol.48 4ª ed: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. IN: Revista Mosaico, edição nº 5, setembro/2011.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. IN: Cadernos de Pesquisa, n. 117, pp. 219-246, novembro/2002.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- WARE, Vron. Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo. São Paulo: Garamond, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. São Paulo: Vozes, 2009. Foucault. Obra: Vigiar e Punir: Capítulo I, os corpos dóceis.
- NASCIMENTO, E.L. Pan-Africanismo Na América Do Sul - Emergência E Rebelião Negra. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SANTOS, B. S. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- BENJAMIM, W. (1994). Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense - (Obras escolhidas; v. 1), 1994.
- SAID, Edward W. As representações do intelectual: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SISS, Ahyas & MONTEIRO Aloísio J. J. (Orgs.). Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações. Rio de Janeiro: Quartet/Leafro/Edur 2011

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein/Danilo Marcondes. - 9ªed. -Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

NASCIMENTO, E.L (1981). Pan-Africanismo Na América Do Sul - Emergência E Rebelião Negra. Petrópolis : Vozes.

### **Páginas acessada da Internet**

Dados sobre os lattes dos pesquisadores do LEAFRO e sobre o LEAFRO consultados e/ou extraído em: <<http://www.ufrj.br/leafro/neabs.htm>> Acesso em 21/01/2014.

NAGEL, Thomas. Como é ser um morcego? (1974). Consultados e/ou extraídos em: <<http://www.cle.unicamp.br/cadernos/pdf/Paulo%20Abrantes%28Traducao%29.pdf>>

NOGUEIRA, Renato. Revista da ABPN, Vol. 3, No 6 (2012) UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/207/155>>

NOGUEIRA, Renato. Revista África e Africanidades – Ano 3 – n.11, novembro, 2010. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Disponível: <[http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010\\_02.pdf](http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf)>

LEWANDOWSKI, Ricardo. ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 186 DISTRITO FEDERAL. Abril/2012. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>>